

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

KAMILLA CAMPOS VIEIRA

**O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NOS
CLUBES DE FUTEBOL DE SANTA CATARINA**

Florianópolis, julho de 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

KAMILLA CAMPOS VIEIRA

**O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NOS
CLUBES DE FUTEBOL DE SANTA CATARINA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Mariana Pfeifer Machado

Florianópolis, julho de 2016.

KAMILLA CAMPOS VIEIRA

O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NOS CLUBES DE FUTEBOL DE SANTA CATARINA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado e aprovado como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina.

Monografia aprovada em 27 / 02 / 2016

Banca Examinadora



Prof.ª Dra. Mariana Pfeifer Machado
Orientadora
Universidade Federal de Santa Catarina



Prof. Helder Boska de Moraes Sarmento
Examinador
Universidade Federal de Santa Catarina



Assistente Social Lilian Mann dos Santos de Oliveira
Examinadora
Universidade Federal de Santa Catarina

Dedico este trabalho à minha querida madrinha Geni
Valentina da Conceição, a qual não faz mais parte deste
mundo. No entanto, se faz presente a cada dia, pois não
se pode dizer ausente aquele que ainda vive em nosso
coração.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus por ter colocado em meu caminho todas as pessoas que fazem parte da minha história de vida, agradeço a Ele por ter segurado em minha mão em todos os momentos difíceis nesta caminhada e por ter feito com que eu nunca desistisse dos meus ideais.

Aos meus pais Gilberto e Valéria, obrigada por terem me concebido a vida, por todo amor, independente de como o expressamos, pela minha criação e formação do meu caráter, por sempre terem me incentivado aos estudos e principalmente, por todo apoio. Apesar de qualquer coisa, dos momentos difíceis vivenciados e por todos os obstáculos que nos deparamos, amo muito vocês.

As minhas amigas, aquelas de longas datas, Bruna e Keli, que apesar de termos seguido rumos diferentes, nunca nos distanciamos, obrigada por fazerem parte da minha história. Obrigada pelas conversas e pelos compartilhamentos de suas experiências de profissão. Às amizades construídas ao longo da graduação, em especial à minha amiga Jamilli, companheira e inseparável amiga de faculdade, o meu muito obrigado por todos os momentos vividos e aos que ainda espero viver ao longo de nossas vidas.

A minha avó Gessi, por sempre ter me apoiado e me amparado nos momentos em que mais precisei, muito obrigada.

Agradeço ao meu namorado, amigo e parceiro, Antônio. Muito obrigada por fazer parte desta conquista a qual, talvez não fosse igual sem você. Obrigada por mesmo nos momentos mais difíceis sempre permanecer ao meu lado. Peço desculpas por qualquer coisa. Te amo muito.

A assistente social, minha amiga e supervisora de campo Angelita de Oliveira Costa, que me deu a oportunidade de ter uma experiência de estágio enriquecedora, o que me incentivou escrever sobre o tema deste trabalho.

Agradeço a professora e minha orientadora Mariana Pfeifer Machado, por ter aceito o convite de orientar-me, por ter entendido o meu objetivo e ter contribuído com idéias para a materialização deste trabalho. Aos demais professores da graduação do curso de Serviço Social e outros cursos, os quais fizeram parte do processo de formação acadêmica, pelo compartilhamento de seus saberes, muito obrigada. E aqueles professores que de certa forma contribuíram para este trabalho dando dicas e orientações, bem como indicando alguns referenciais teóricos, deixo o meu agradecimento.

Aos demais, que por algum motivo tiveram alguma ligação a mim nestes quatro anos de graduação e que direta ou indiretamente contribuíram para o processo de aprendizagem.

MUITO OBRIGADA!!

*“O dinheiro é a essência alienada
do trabalho e da existência do homem;
a essência domina-o e ele adora-a”.*

Karl Marx

VIEIRA, Kamilla Campos. **O exercício profissional do assistente social nos clubes de futebol de Santa Catarina.** Trabalho de Conclusão de Curso de graduação em Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2016.

RESUMO

O presente trabalho tem como principal objetivo trazer indicações acerca do exercício profissional do assistente social nos clubes de futebol, especificamente de Santa Catarina. A escolha do tema advém da experiência de Estágio Curricular de Serviço Social em um dos times de futebol do estado, o qual aconteceu de agosto de 2015 até agosto de 2016. Tal experiência fez com que a autora pudesse conhecer um pouco mais acerca do trabalho do assistente social e identificasse a importância do profissional nestes espaços. Optou-se pela pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo realizada mediante entrevista, implicando no levantamento de várias fontes para um maior conhecimento acerca do tema e para a fundamentação teórica do trabalho, bem como a coleta de informações sobre a atuação profissional em três clubes catarinenses previamente selecionadas, possibilitando desta forma, fazer um comparativo e analisar as respostas das assistentes sociais. Após estes levantamentos e o processo de seleção do material, foi possível delimitar a pesquisa que analisou os seguintes elementos: inserção do Serviço Social nos clubes de futebol; usuários atendidos; principais demandas; leis específicas que orientam a profissão nos clubes de futebol; equipe interdisciplinar; relativa autonomia; e os instrumentos profissionais. Este trabalho organiza-se em três capítulos, englobando apontamentos históricos; compreensão da organização do esporte no Brasil e o futebol em Santa Catarina; e análises acerca das entrevistas realizadas com assistentes sociais de três clubes de futebol do estado. As considerações finais foram feitas relacionando o trabalho nos clubes de futebol com o trabalho do assistente social na educação, bem como o apontamento acerca da importância das bases legais que orientam o exercício profissional nos clubes de futebol.

Palavras-chave: Exercício Profissional, atletas adolescentes e jovens, Clube de Futebol.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1.TRAJETÓRIA DO FUTEBOL ATÉ O BRASIL: DOS JOGOS OLÍMPICOS NA ANTIGUIDADE ATÉ OS DIAS DE HOJE	12
1.1 Jogos olímpicos da antiguidade e a história do futebol.....	12
1.2 O futebol na contemporaneidade e suas particularidades.....	18
1.2.1 O processo de iniciação no futebol e a influência da família	18
1.2.2 Aspectos que caracterizam o futebol.....	22
2. A ORGANIZAÇÃO DO ESPORTE ATÉ AS CATEGORIAS DE BASE	28
2.1 Principais leis do esporte e do futebol.....	33
2.2 As categorias de base em Santa Catarina.....	37
3. O SERVIÇO SOCIAL NOS CLUBES DE FUTEBOL	41
3.1 Breve histórico dos clubes de futebol em Santa Catarina	41
3.2 Metodologia da pesquisa.....	44
3.3 Análises do resultado da pesquisa	46
CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
REFERÊNCIAS	60
APÊNDICE.....	66

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

- CBD** - Confederação Brasileira de Desportos
- CBJD** - Código Brasileiro de Justiça Desportiva
- CF** - Constituição Federal
- CLT** - Consolidação das Leis do Trabalho
- CND** - Conselho Nacional de Desportos
- CNE** - Conselho Nacional do Esporte
- COB** - Comitê Olímpico Brasileiro
- COI** - Comitê Olímpico Internacional
- CPB** - Comitê Paraolímpico Brasileiro
- CRDs** - Conselhos Regionais de Desportos
- ECA** - Estatuto da Criança e do Adolescente
- FBF** - Federação Brasileira de Futebol
- FBS** - Federação Brasileira de Sports
- FIFA** - Fédération Internationale de Football Association
- INDESP** - Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto
- LCL** - Liga Catarinense de Futebol
- ME** - Ministério do Esporte
- MEC** - Ministério de Educação e Cultura
- SND** - Sistema Nacional do Desporto

INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso constitui-se como requisito obrigatório parcial para a obtenção do título de bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina.

Este trabalho tem como objetivo geral conhecer o exercício profissional do assistente social nos clubes de futebol de Santa Catarina voltado às categorias de base.

Tem como objetivos específicos: conhecer a trajetória histórica do esporte e especificamente do futebol até chegar ao Brasil; identificar os clubes de futebol e as categorias de base no Sistema Brasileiro de Desportos; e conhecer e analisar o exercício profissional dos assistentes sociais nos clubes de futebol de Santa Catarina;

A escolha pelo tema se constituiu a partir da experiência de Estágio Curricular de Serviço Social em um dos clubes de futebol do estado. O despertar de interesse pelo trabalho do profissional com as categorias de base me motivou a escrever sobre a temática, haja vista que pouco conhecia a respeito do que o assistente social fazia no clube e o pouco referencial teórico-metodológico existente acerca do tema.

Foi no decorrer da vivência de estágio que tive a possibilidade de compreender o exercício do profissional nestes espaços e identificar o escopo do trabalho com as categorias de base. Pode-se dizer que este campo de trabalho é ainda muito novo, se comparado aos outros espaços conquistados pela categoria profissional, por consequência, o saber a respeito da importância do Serviço Social neste meio também é novo. A partir disto, foi que senti a necessidade de escrever a respeito do tema, tendo como intuito o compartilhamento desta experiência para ampliar o conhecimento sobre o trabalho do assistente social com as categorias de base, possibilitando que o leitor seja capaz de pensar e analisar este campo de atuação.

A importância desse trabalho é proporcionar ao leitor um panorama de conhecimento acerca da atuação profissional nestes espaços, conhecendo a origem e a organização do Serviço Social nos clubes de futebol e identificando os limites e possibilidades de atuação do assistente social a partir das análises das entrevistas.

A metodologia escolhida foi a exploratória e a descritiva, as quais foram fundamentais para o aprimoramento de algumas idéias pouco conhecidas sobre o tema, bem como, para a descrição de suas características. Além disso, para a realização do capítulo 3, foi realizada

uma pesquisa de campo realizada mediante entrevista com as assistentes sociais de três clubes de futebol do estado de Santa Catarina.

O trabalho está estruturado da seguinte maneira: no primeiro capítulo será apresentada a trajetória histórica do futebol até o Brasil, desta forma, falar-se-á brevemente sobre o esporte e o futebol propriamente, desde a antiguidade até os dias de hoje. Ainda no mesmo capítulo, será abordado como se dá o processo de iniciação dos atletas no futebol e algumas características deste esporte.

O segundo capítulo tratará acerca da organização do esporte no Brasil, apresentando o Sistema Brasileiro de Desportos e seus órgãos competentes, a fim de identificar onde se localizam os clubes de futebol e as categorias de base nesta organização. Após, serão abordadas as principais leis que orientam a prática esportiva do futebol no Brasil e ainda, será discutido sobre as categorias de base: o que são, como são organizadas, para que servem, dentre outros aspectos.

Por fim, o terceiro capítulo apresentará o Serviço Social em três clubes de futebol de Santa Catarina. Para isto, será apresentado um breve histórico do futebol e dos clubes de futebol no estado. Falar-se-á sobre a metodologia utilizada para a materialização deste trabalho e, por último, serão apresentadas as análises do resultado da pesquisa de campo, esta se constituiu de entrevistas, que foram realizadas com cada assistente social de três clubes de futebol de Santa Catarina.

1.TRAJETÓRIA DO FUTEBOL ATÉ O BRASIL: DOS JOGOS OLÍMPICOS NA ANTIGUIDADE ATÉ OS DIAS DE HOJE

1.1 Jogos olímpicos da antiguidade e a história do futebol

Sabemos que o esporte existe há muitos anos, o difícil é relatar uma data exata sobre o seu surgimento. Há quem diga que a prática esportiva vem desde a era dos seres primitivos, no entanto, ainda não era praticada como um jogo, mas sim como uma forma de sobrevivência, haja vista que as pessoas usavam sua força para lutar, correr, lançar objetos, saltar, nadar, praticar arco e flecha, dentre outras coisas. A prática destes atos como modo de sobrevivência perpetuaram até a Antiguidade¹, porém, nesta mesma época elas passaram a se configurar de outra forma.

Percebe-se que, na Antiguidade, as práticas esportivas eram muito diferentes das atuais; por isto as denominamos de Práticas Pré-esportivas, muitas de caráter utilitário para a própria sobrevivência das pessoas (natação, corrida, caça etc.) e também para as preparações para as guerras (marchas, caminhadas, esgrima, lutas etc.) (TUBINO, 2010, p. 21).

As antigas civilizações já tinham em sua cultura a existência das atividades físicas consideradas pré-esportivas, ou seja, com características de utilidade para o seu cotidiano. Podemos citar como exemplo:

Chinesa – lutas chinesas, tiro ao arco chinês, esgrima de sabre, T'suChu e artes marciais chinesas; Egípcia – arco e flecha, corrida, saltos, arremessos, equitação, esgrima, luta, boxe, natação, remo, corridas de carros e jogos de pelota; Etrusca – duelos armados; Hitita – equitação, natação, remo, esgrima, tiro e luta; Japonesa – Artes marciais (TUBINO, 2010, p. 21).

Algumas destas práticas chamadas pré-esportivas da Antiguidade foram desaparecendo ao longo do tempo. Já outras, se transformaram em Esportes Autônomos, ou seja, esportes “puros”, esportes que continuaram a ser praticados ao longo do tempo sem receber influências de outras culturas (TUBINO, 2010, p. 21). Quando estes se mantêm como prática, mas sofrem alterações em sua cultura, passam a ser chamados de Esportes ou Jogos Tradicionais.

Foi a partir do período Arcaico², ainda na Idade Antiga, que os jogos simbolizaram as primeiras manifestações esportivas.

Os cultos religiosos na Grécia Antiga tiveram uma destacada importância na criação de manifestações culturais, tais como o Teatro e os Jogos Olímpicos. Os deuses eram cultuados pelos helenos fazendo emergir a beleza e o esforço físico como ritual, na crença de proteção durante a vida (TURINI, COSTA, 2002, p. 12).

¹ Antiguidade ou Idade Antiga é o período da história que é contado a partir do desenvolvimento da escrita, mais ou menos 4.000 anos a.C., até a queda do Império Romano do Ocidente, em 476 da era Cristã. (TODAMATÉRIA, 2016, p. 1)

² Segundo Junior (2016), o período Arcaico corresponde ao período da Grécia Antiga (700 e 500 anos a.C).

Por conta disto, sabe-se que o esporte nos tempos antigos estava muito ligado à religião e que constituía uma grande parte das cerimônias aos deuses. Entende-se por religião, segundo Durkheim Apud FERREIRA, (2010, p. 14) “a religião não pode ser vista como uma espécie de entidade indivisível, pois, na verdade, ela é um todo formado de partes. [...] é um sistema mais ou menos complexo de mitos, de dogmas, de ritos, de cerimônias”.

Neste sentido, além de existirem outros atos religiosos como, por exemplo, o próprio ato de agradecer, o esporte também se constituía como uma parte importante destes atos sagrados, pois era celebrado em honra aos deuses que as pessoas serviam e acreditavam.

As performances atléticas nos Jogos Gregos têm sentido mais amplo do que apenas estético. Eles mantinham uma ligação íntima com a religiosidade e os Jogos Olímpicos faziam parte dos festivais sagrados. Acreditava-se na época que os vencedores dos jogos eram pessoas próximas aos deuses (NETO Apud TURINI, 2002, p. 12).

Já nessa época é possível perceber a grande presença das desigualdades sociais, haja vista que, para conceber o direito de participar dos jogos os competidores deveriam ser helenos e, mais tarde os romanos vieram a fazer parte deste elenco. Já os bárbaros e os escravos estavam excluídos da prática esportiva.

Em questão as regras, no decorrer da longa história dos jogos olímpicos, raramente alguma regra não foi cumprida. Apesar de estas não serem escritas na época, as pessoas as respeitavam e possuíam tanta validade quanto às leis hoje em dia. A regra determinava e determina até hoje como o homem pode ou deve se comportar, o que é certo ou errado, o que é permitido ou não.

Podemos perceber que a prática esportiva sempre esteve presente na vida das pessoas, seja ela como modo de sobrevivência ou como competições atléticas. “O Esporte sempre esteve inserido no contexto humano, em qualquer parte do mundo, inclusive em nosso país” (FERREIRA, 2010, p. 28). No entanto, tais práticas esportivas sofreram muitas mudanças, as quais ocorreram de acordo com o período histórico que a sociedade estava vivendo. Desta forma, aspectos como, por exemplo, a ligação com a religiosidade, os atos em prol dos treinamentos de tropas para a guerra, dentre outros, foram se perdendo ao longo das décadas.

O Esporte é um fenômeno heterogêneo e em constante transformação, transmitindo valores de acordo com suas formas de manifestação, o que indica a necessidade de adequação do seu sentido ao ambiente social que se insere (MARQUES, ALMEIDA, GUTIERREZ Apud FERREIRA, 2010, p. 27).

Embora não se saiba com tanta certeza sobre os primórdios do futebol, em relação à sua origem “observou-se que o futebol é o resultado de uma lenta evolução de diferentes

jogos com bola através de milênios, partindo das formas mais rudimentares até chegar à complexidade técnica, tática e física com que se apresenta hoje.” (VOSER; GUIMARÃES; RIBEIRO, 2006, p. 17). Os registros mais antigos relacionados ao que hoje chamamos de futebol foram encontrados na China e posteriormente no Japão.

Os chineses praticavam um jogo chamado Kemari, o qual se constituía como treino militar. Após as guerras, eles tinham que chutar o crânio de seus inimigos, passando-o de pé em pé sem deixar cair no chão, tendo como principal objetivo levar para dentro de duas estacas fincadas ao chão. Ao longo do tempo, as cabeças foram substituídas por bolas de couro revestidas com cabelo.

Com o passar do tempo, os japoneses adotaram esta prática como lazer pelos nobres da corte imperial. Desta forma, segundo Scaglia (2016, p. 1):

No jogo de Kemari, praticado pelos japoneses por volta de 4.500 ac, utilizava-se de uma bola feita com fibras de bambu, nesse jogo, realizado até os dias de hoje – atualmente como forma de ritual –, o objetivo era manter essa bola de bambu no alto, apenas controlando-a com os pés. Os jogadores se dispunham em círculos e a bola era passada de pé em pé, sem deixá-la cair no chão.

Já os gregos inventaram o Episkiros, este era o esporte que mais se assemelhava ao futebol. Os soldados gregos se dividiam em dois grupos, os quais tinham que chutar uma bola feita de bexiga do boi coberta com uma capa de couro cheia de terra ou areia. O jogo era praticado em um terreno retangular e bem grande, tendo em vista que as equipes eram formadas por 15 soldados.

Quando os romanos dominaram a Grécia, as culturas destes povos se associaram e então, os romanos passaram a assimilar o Episkiros, mas o jogo partiu para um caráter mais violento. Desta forma, o jogo grego é ressignificado e passa a se chamar Harpastum (SCAGLIA, 2016, p. 1).

Inspirados no Harpastum dos romanos, os franceses criaram o Soule ou Shoule. Pouco se sabe a respeito das regras deste jogo, tem-se apenas que os jogadores deveriam transpor a bola por meio de arremessos da linha de meta até duas estacas cravadas no chão. Ao chegar à Idade Média o jogo se deparou com o preconceito por parte da ordem religiosa e social, tendo em vista que este era muito violento e perigoso.

O Calcio da Itália foi criado a partir de uma disputa entre duas facções políticas da cidade de Florença, as quais decidiram medir suas forças através de um jogo de bola. Sendo assim, o objetivo do jogo era colocar a bola na barraca adversária firmada sobre a linha de meta de cada campo. Neste jogo foi permitido o uso das mãos e dos pés, o que tornava a disputa mais violenta por algumas horas e, desta forma, oficializou-se o Calcio.

Na China e Japão Antigo era praticado o Kemari; na Grécia o Episkiros; em Roma, o Harpastum; na França, praticava-se o Soule e na Itália, o Calcio, “todos eram formas embrionárias do futebol” (MAURÍCIO, REIS Apud VIEIRA, 2011, p. 17).

No início do século XVIII era proibida na Inglaterra a prática de desporto dentro dos colégios, no entanto, ao longo dos anos, os antigos jogos medievais com bola passaram a ser incorporados pelo sistema de ensino britânico, sendo denominados como football. Desta forma, o jogo passou a fazer parte da Educação Física e da recreação dos estudantes. Como ainda não possuía regulamentação própria, cada escola britânica possuía uma forma de praticar o football. Por exemplo, na Rugby School era permitido o uso das mãos e dos pés, já na Cambridge, apenas o uso dos pés.

Neste sentido, houve muitas discussões e impasses provocando brigas e discórdias entre as escolas a respeito da forma correta de se jogar o football. Em 1846, Thomaz Arnold, diretor da Rugby School desde 1828, definiu totalmente as regras do football e o denominou de Football Rugby em 1846. No dia 26 de outubro de 1863 alguns integrantes da Cambridge e representantes de outros clubes reuniram-se a fim de estabelecer regras comuns. Desta forma, fundaram a Football Association, introduzindo várias regras ao jogo, proibindo de vez o uso das mãos e definindo assim, a concretização e a regulamentação da prática do futebol. Após estes fatos o Futebol e o Rugby passaram a seguir caminhos diferentes como é até hoje.

Desta forma, o futebol ainda muito embrionário, se comparado ao que conhecemos nos dias de hoje, foi recebendo ao longo dos anos significativas mudanças que foram colocadas em prática aos poucos, tais como: o tamanho do campo, a instalação do gol, a utilização do apito pelo árbitro, dentre outras. “As regras diferenciadas e as diversas maneiras de se jogar vinham ocorrendo com o nome de ‘futebol’” (VIEIRA, 2011, p. 19).

No Brasil, o futebol chegou ao final do século XIX como produto de importação. Teve como seu principal precursor Charles Miller. Charles era paulistano e filho de ingleses (filho de “boas famílias”, como diziam), como tal cursou a Banister Court School na Inglaterra, a qual era integrada ao The Football Association e foi lá que Miller teve o seu primeiro contato com o futebol.

Charles Miller nascido em 24 de novembro de 1874, na chácara de seus avós maternos, na Rua Monsenhor Andrade, 24, no bairro do Brás, filho de pai escocês chamado Jhon e de mãe brasileira chamada Carlota, foi estudar na Inglaterra e aprendeu o jogo tão em moda no país (MAURÍCIO; REIS Apud VIEIRA, 2011, p. 20).

Na Inglaterra, os esportes já faziam parte do currículo das escolas e universidades desde a década de 1840. Foi então por este motivo que Miller conheceu o novíssimo e muito famoso jogo de futebol pelo qual se interessou e ficou apaixonado.

Após as mortes de seu pai Jhon em 1886 e de seu irmão Jhon Henry em 1892, Charles ficou muito abalado, porém, com a ajuda dos estudos e a paixão pelo novo esporte superou este momento. Naquela época, os treinadores já buscavam sempre por novos talentos locais assim como é hoje. Foi então, aos 17 anos de idade, que Charles foi escalado para um jogo contra a equipe do Exército do Quartel de Aldershot (em 18 de abril de 1892), no qual chamou a atenção do treinador St. Mary's da Banister Court School.

A atração pelo futebol só aumentava e a carreira de Charles como jogador só florescia na Banister Court School. “O jovem atacante atingiu a incrível marca de 45 gols em 34 jogos; também encontrou lugar no ataque da primeira equipe do St. Mary's e da Seleção de Hampshire” (VIEIRA, 2011, p. 23), e ficou então conhecido como Nipper: moleque veloz, ágil, célere.

Foi em 1894 que Charles Miller retornou a sua terra natal, onde o aguardavam sua mãe Carlota, tios e outros familiares. Trouxe em sua bagagem: uma camisa da equipe da Banister; um livro de regras do Football Association; duas bolas; um par de chuteiras; uma bomba para encher as bolas e uma grande idéia: que era a de difundir aqui o futebol que ele tanto havia apreciado na Inglaterra. Muitos esportes estavam na moda no Brasil quando Charles voltou, no entanto, para ele nenhum era como o futebol.

Ele achava que o Brasil necessitava de mais jogos com caráter coletivo, haja vista que os que existiam eram muito individualistas. Logo, o futebol atraiu a juventude da época, por poder agregar a amizade e exercício físico, mas o período de adaptação do esporte não foi tão fácil assim.

Charles ficou surpreso ao saber que em 1894 aqui no Brasil ainda não se conhecia o futebol. Afinal o Brasil não estava tão isolado assim da Inglaterra, nem os contatos entre um país e outro eram tão espaçados que impedissem que se conhecesse o esporte que lá já havia sido regulamentado desde 1863, que tanto empolgava os britânicos e que rapidamente se alastrava por toda a Europa (VIEIRA, 2011, p. 24).

Pelo menos alguns britânicos que residiam em São Paulo já tinham ouvido falar no jogo, porém, estavam muito apegados a outros jogos no país, como por exemplo o Cricket, para se lançarem a outro.

O Cricket teve início há cerca de 200 anos na América do Sul, ele é praticado em quase todos os países do continente. No final dos anos 1800 e início dos anos 1900 clubes desportivos britânicos estabeleceram-se por quase todas as principais cidades do Brasil e também nas minas de propriedade britânica situadas no estado de Minas Gerais (ANDRADE, 2016, p. 1).

Alguns clubes já haviam sido fundados decorrentes da prática do Cricket, tais como: Fluminense, Vitória e Paysandu, mas ainda não conheciam o futebol. Sendo assim, restou a Charles Miller a missão de introduzi-lo no Brasil e, foi em 1895 que este reuniu alguns amigos para jogarem uma partida de futebol pela primeira vez.

No início surgiram diversas perguntas relacionadas ao curioso jogo: como se joga? Como é a bola? Como a enchemos? Estas e muitas outras perguntas foram respondidas e colocadas em prática no então primeiro treino na Várzea do Carmo - hoje parte do complexo do Parque Dom Pedro - e depois em campos mais nobres como o bairro Bom Retiro. Miller foi treinando seus amigos pouco a pouco e ensinando-lhes o “bê-a-bá” dos pênaltis, chutes, cobranças de lateral, escanteios, passes, marcação, dentre outras regras do jogo.

Segundo Mills (2005, p. 73)

Realizamos o primeiro ensaio em terras brasileiras no ano de 1895, precisamente na Várzea do Carmo, nas proximidades da Rua do Gasômetro e da Rua Santa Rosa. Para isso, reuni um grupo de britânicos da Companhia de Gás, London Bank e São Paulo Railway. É interessante lembrar que essa primeira tentativa foi efetuada com a bola do jogo disputado em 1894, que me foi presenteada por um companheiro de seleção do Condado de Hampshire, que mais tarde presidiu a Liga de Futebol da Inglaterra

Muitas pessoas puderam presenciar este acontecimento marcante na história do futebol, e o que ali presenciaram lhes despertou grandes curiosidades. Muitos quiseram saber como se jogava e deste interesse veio a propaganda informal, no qual ajudou o futebol a crescer cada vez mais e a se disseminar por todas as partes.

Em pouco tempo as brincadeiras com bolas que eram jogadas com as mãos passaram a ser jogadas com os pés. As pedras nas ruas por vezes se faziam de traves, e o menino, o moleque, o garoto que anos mais tarde tornara-se homem passaram a jogar o futebol, embora sem saber que futuramente este jogo fosse se tornar um dos mais praticados no Brasil e no mundo. Desta forma, “O missionário Charles Miller tinha feito o seu trabalho inicial de catequizar. A primeira semente tinha sido bem plantada, e os frutos estariam logo a brotar” (MILLS, 2005, p. 75),

foram surgindo os primeiros times de verdade. Em 1896, o São Paulo Athletic Club, fundado oito anos antes, seria o primeiro a aderir ao novo esporte, logo seguido do Sport Club Germania (1889), de Mackenzie Athletic Association (1898), Sport Club Internacional (1898), Clube Atlético Paulistano (1900), já com nome aportuguesado. Em Campinas, fundou-se a Associação Atlética Ponte Preta (1900). No Rio de Cox, o Fluminense Foot-ball Club (1902), o Rio Foot-ball Club (1902), o Botafogo Foot-ball Club, o America Foot-ball Club, o Bangu Athletic Club (os três últimos em 1904). Flamengo e Vasco da Gama já existiam desde o fim do século, ambos dedicando-se ao remo: o primeiro, só criaria seu departamento de futebol em 1911; o segundo, em 1923. Em Porto Alegre, foi fundado o Esporte Clube Rio Grande (1900); em Minas, o Sport Club Belo Horizonte (1904); em Recife, o Club Náutico

Capeberibe (1901); em Salvador, o Vitória Foot-ball Club (1905) (MAXIMO, 1999, p. 183).

No dia 21 de maio de 1904, sete países, todos europeus - Dinamarca, Bélgica, Holanda, França, Suíça, Suécia e Espanha – fundaram em Paris, a Fédération Internationale de Football Association (FIFA). Cabe a FIFA o poder total sobre o futebol no mundo, é uma instituição internacional que dirige as associações do futebol, além disso, é de sua responsabilidade organizar os grandes campeonatos de seleções (copa do mundo) de quatro em quatro anos. Nos anos seguintes foram criadas seis confederações regionais, com o intuito de coordenar todos os aspectos dos desportos de cada região.

1.2 O futebol na contemporaneidade e suas particularidades

Atualmente no Brasil, o futebol é considerado o mais famoso esporte coletivo que existe, sendo este uma das maiores manifestações cultural desde a Antiguidade. Após a sua inserção no país por meio do jovem Charles Miller, o futebol repercutiu tanto que ao longo dos anos, o jogo foi se tornando o grande espetáculo que é hoje, na qual envolve: jovens, famílias, capital, mídia, distinção social, cultura, história, poder, ascensão social e principalmente sonhos.

Inicialmente o futebol moderno era praticado pela elite inglesa, sendo considerado apenas uma atividade cultural típica da burguesia. Na verdade, o surgimento do mercado consumidor de espetáculos esportivos não é um evento histórico, mas um processo mais ligado à popularização de sua prática (LEONCINI, SILVA, 2005, p. 16).

1.2.1 O processo de iniciação no futebol e a influência da família

Por muitos anos o futebol foi marcado pelo elitismo e segundo Saraiva (2007), o futebol era tido como um símbolo de distinção social, restrito apenas à elite econômica e cultural. Excluía negros e mulatos das partidas por ser considerada como uma prática esportiva nobre. Nos anos de 1920, o clube de futebol Vasco da Gama foi um time predominantemente de jogadores pobres, mulatos e negros, o qual, desmoralizou os clubes ricos do Rio de Janeiro quando se tornou campeão estadual. A partir deste fato foi exigido ao clube que dispensasse 12 jogadores, mas o time preferiu ser rebaixado para a segunda divisão, iniciando desta forma, as famosas divisões discriminatórias conhecidas até hoje.

Embora um ou outro pobre, um ou outro negro, moços que de forma alguma poderiam freqüentar um São Paulo, um Fluminense, pouco a pouco fosse

conquistando seu lugar nos clubes de primeira divisão, era forte a oposição que se fazia a eles (MAXIMO, 1999, p. 183).

Hoje o cenário é o inverso, devemos considerar que a grande maioria dos jogadores em ascensão no Brasil veio das comunidades, das favelas e dos bairros pobres. Muitos passaram por grandes dificuldades devido a sua situação econômica, por terem nascido em famílias muito marcadas pelas expressões da questão social. A maioria emergiu daquele futebol das beiras de calçada, do fundo do quintal, dos terrenos baldios, dentre outros espaços da classe menos favorecida. Com isto, entende-se que um dos principais motivos que os incentiva a serem grandes jogadores de futebol é a vontade de saírem da sua situação de pobreza, tendo em vista que a profissão de jogador de futebol é algo que, atualmente, está em ascensão no Brasil e os altos salários é o que faz os brasileiros almejem tanto por esta carreira.

Além do difícil processo de inserção no mundo do futebol devido à grande concorrência, os adolescentes que iniciam nas categorias de base dos clubes de futebol almejam, ainda, pela mística “camisa 10”³ e pela vontade de serem chamados de “craque do futebol”.

A história da mística “camisa 10” é um fenômeno dado nesse universo. O mito fundador, desta mística teria iniciado com Pelé na Copa de 58. A partir de então, a narrativa mítica é que iniciou uma tradição em que o valor construído culturalmente sobre o número 10, aliado ao sucesso reconhecido dos jogadores que procederam a Pelé, teria criado uma estreita relação entre o “número 10” e o status de “craque” ou ídolo no futebol brasileiro (ABRAHÃO et al, 2007, p. 2).

Para conquistar a camisa 10, o atleta precisa mostrar todas as habilidades na qual um craque precisa ter, sendo assim, em alguns casos o mesmo vai sendo testado em várias posições a fim de identificar em qual delas se sairá melhor. Após o teste, se concluirá se o jogador é mesmo um craque do futebol ou não. Devido a isto e a grande pressão sob eles, principalmente dos pais em muitos casos, “o atleta de futebol revela-se inquieto e amedrontado diante de um futuro incerto em que uma simples fratura pode significar o fim de uma carreira dentro dos campos de futebol” (SARAIVA, 2007, p. 4). Além disso, como já mencionado, o mercado de trabalho está cada vez mais concorrido devido às revelações de talentos precoces no Brasil, o que dificulta mais ainda a iniciação nas categorias de base.

O futebol enraizou-se no Brasil como símbolo de identificação social e cultural, no entanto, hoje em dia também passou a ser sinônimo de status e ascensão econômica almejado

³ Segundo Abrahão et al (2007), no cotidiano observamos um significado do “número 10” que remete ao “ótimo”. Como por exemplo, o aluno que recebeu uma nota 10 representando o seu desempenho em uma avaliação; ou as gírias da linguagem que elogiam uma pessoa “nota 10”; ou a nota máxima que os jurados podem atribuir às escolas de samba, dentre outros exemplos.

por milhares de meninos, meninas e suas famílias como uma forma de elevação rápida da sua condição econômica. Desta forma, entram em cena os empresários do futebol, que em alguns casos passam a ser os próprios pais.

O apoio familiar neste processo de iniciação é muito importante para a criança e/ou adolescente, haja vista que:

A família é a base e o principal centro na formação e no desenvolvimento de um atleta. O apoio familiar [...] pode ser fundamental na dimensão afetiva, na socialização com o novo grupo, nos enfrentamentos de desafios físicos, técnicos e táticos, na preparação do atleta para o enfrentamento de desafios externos, da mídia e da torcida, além da construção de uma conduta de um cidadão consciente dos seus direitos e deveres. E adverte para o fato de que se as necessidades de segurança desses jovens não forem adequadamente satisfeitas no período de transição compreendido entre a puberdade e a idade adulta, em função de suas carências afetivas, educativas e culturais, esses jovens podem ter seu desenvolvimento comprometido (CARRAVETTA Apud FERREIRA, PAIM, 2011, p. 1).

Algumas vezes, o apoio excessivo familiar pode tornar-se negativo. Para Mutti Apud MARANGONI, HIROTA (2016, p. 1), muitos pais tentam obter seus desejos não alcançados através dos filhos, tratando e cobrando-os como pequenos adultos. Os pais muitas vezes exigem, brigam e têm diversas reações fortes com as crianças, e ainda, por vezes obrigam seus filhos à prática esportiva. Quando um filho começa a praticar um esporte, em especial o futebol, gera-se uma expectativa enorme em torno do futuro dessa criança, pois o futebol é o esporte mais midiático do país e é visível a transformação que pode fazer na vida de uma família.

No entanto:

A busca pela participação em jogos de competição deve ser feita espontaneamente por crianças e adolescentes. Competindo, estas terão oportunidades para avaliar ou testar suas capacidades e habilidades. Estabelecendo uma comparação social, este processo pode ser altamente motivante contribuindo para o autoconceito equilibrado e coerente de suas potencialidades e limitações, desenvolvendo sua autonomia, responsabilidade, controle emocional e ajustamento social (TANI, TEXEIRA, FERRAZ Apud VERARDI, MARCO, 2008, p. 113).

Particularmente no futebol, como já foi mencionado, em alguns casos os pais chegam a obrigar seus filhos a praticarem o esporte. Além disso, por vezes transformam a vida destas crianças e/ou adolescentes em uma rotina cheia de regras e compromissos com o seu futuro, o futebol. E assim, esquecem do seu real papel na vida destes seres-humanos em desenvolvimento.

A fim de verem seus filhos decolando na carreira de jogador de futebol, os pais transformam a vida destes em uma rotina de adultos, depositando toda expectativa possível sobre eles na esperança de tornarem-se grandes jogadores de futebol, sonho este que por vezes não acontece, gerando uma grande decepção tanto dos pais perante seus filhos, quanto dos

jovens atletas por não terem conseguido seguir a carreira que os pais desejavam. Desta forma, o que dispõe o art.4º da Lei Federal n. 8.069 de 13 de julho de 1990 que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências não se efetiva por completo:

Art.4 É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 2015, p. 11).

Por tomar como prioridade o sonho em tornar-se jogador de futebol, por vezes, algumas necessidades básicas caem no esquecimento ou, como consequência de uma rotina tão cheia de compromissos quanto à de um adulto, a criança e/ou adolescente tende a ter rebatimentos negativos em sua vida, tais como: a má alimentação devido à correria do dia-a-dia; saúde fragilizada; lesões e fraturamentos desde cedo; a educação e a profissionalização por vezes acabam sendo afetadas devido ao cansaço e às faltas em virtude dos treinos; o lazer em muitos casos fica restrito apenas ao próprio futebol, no qual praticam como trabalho; dentre outros aspectos. Sem contar o direito à liberdade que, em muitos casos, a criança e/ou adolescente são obrigados ou manipulados a praticar o esporte sem terem escolhido.

Em relação ao futebol, estamos observando nos dias atuais que há por parte dos responsáveis, a preocupação exacerbada pela iniciação precoce, ignorando-se o ritmo normal de desenvolvimento de cada criança. [...] Há de se ter o cuidado para que a busca desenfreada de talentos não sobressaia aos objetivos mais importantes que o esporte pode proporcionar que é o de contribuir com a formação social, moral, afetiva e física da criança (VERARDI, MARCO, 2008, p. 109).

Desta forma, é muito comum vermos jovens menores de idade iniciarem suas carreiras profissionais como jogadores de futebol, este processo se inicia cada vez mais cedo. Podemos citar como exemplo, o atual jogador do Barcelona, Neymar Jr, que segundo Helal (2011), iniciou sua história no futebol aos 12 anos de idade no Santos F.C nas categorias de base. Em 2009, aos 17 anos de idade, passou a fazer parte do elenco profissional do Santos, sua estréia aconteceu no dia 7 de março contra o Oeste de Itápolis pelo Campeonato Paulista. A partir daí, o jovem começou a brilhar no futebol e passou a inspirar milhões de meninos e meninas pelo mundo a fora, tornando-se um ídolo do futebol.

Apesar de se inserirem muito cedo nesta profissão, a carreira de jogador de futebol tem curta duração, haja vista que o futebol depende necessariamente do desempenho físico. O início pode ser um pouco desafiador, pois para se tornar um jogador profissional é preciso paixão pelo esporte, dedicação, treino, habilidade e também um pouquinho de sorte. Mas o fato é que, o desempenho físico pode ser decisivo na carreira, tendo em vista que com o passar dos anos o jogador vai tornando-se mais velho. Desta forma, é comum que a

aposentadoria destes trabalhadores aconteça entre 25 e 30 anos de idade, em alguns casos específicos pode ultrapassar um pouco desta faixa etária. Além disso, a maioria dos jogadores de futebol tem muitas lesões durante sua carreira, podendo ocasionar o fim desta antes mesmo da idade estimada para aposentar-se.

1.2.2 Aspectos que caracterizam o futebol

Em alguns anos o futebol se tornou um fenômeno de massas, e por conta disso foi o primeiro esporte a ir atrás da sua profissionalização. Em decorrência disto, passou a ter uma maior atenção do Estado e da Justiça, principalmente a trabalhista, tendo em vista que muitas pessoas passaram a se dedicar exclusivamente a prática do futebol para o seu sustento e de sua família.

Na escala evolutiva da legislação futebolística no Brasil, cumpre salientar que esse esporte, inicialmente, foi organizado e administrado pela Federação Brasileira de Sports (FBS), fundada em 1914. Em seguida, em 1915, foi criada a Federação Brasileira de Futebol (FBF). Ambas as federações rivalizaram até 1916, ano em que se fundiram, dando origem à Confederação Brasileira de Desportos (CBD) (FERREIRA, 2016, p. 1).

Durante o regime autoritário no Governo de Getúlio Vargas surgiram as primeiras regras para o ramo desportivo. Em 1º de julho de 1938, o Decreto-Lei nº 526 instituiu o Conselho Nacional de Cultura, no qual coordenava todas as atividades relacionadas ao desenvolvimento cultural do país, incluindo a Educação Física. Em seguida, foi editado o Decreto-Lei nº 1.056 de 19 de janeiro de 1939, pelo qual foi criada a Comissão Nacional de Desportos, com intuito de realizar estudos sobre os problemas desportivos no país e apresentar ao Governo Federal o plano geral de sua regulamentação. Em 14 de abril de 1941, foram criados o Conselho Nacional de Desportos (CND) e os Conselhos Regionais de Desportos (CRDs). Mais tarde, com a edição do Decreto-Lei nº 5.342 de 25 de março de 1943, estabeleceu como competência do Conselho Nacional de Desportos a disciplina das atividades desportivas, desta forma, o futebol foi reconhecido oficialmente como prática desportiva profissional.

Através da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em 1º de maio de 1943⁴, a relação de trabalho entre o atleta e a entidade desportiva passou a ser regulamentada. No entanto, segundo Ferreira (2016), para o futebol ainda era preciso estipular uma

⁴ O ano era 1943. [...] Getúlio Vargas era o presidente da República no período em que mais de 15 mil leis trabalhistas circulavam no país. Conquista para uns, jogo político para outros, a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) é considerada até hoje um dos maiores avanços dos direitos sociais trabalhistas no país (TAVARES, 2016, p.1).

regulamentação própria para a prática esportiva, por se tratar de uma atividade específica, com peculiaridades diversas. Desta forma:

No início dos anos 60, editou-se o Decreto-Lei nº 51.008, de 20 de julho de 1961, que foi o primeiro diploma legal a tratar especificamente da prática desportiva profissional de futebol. Regulamentou a profissão de atleta de futebol e dispôs acerca de sua participação em competições (FERREIRA, 2016, p. 1).

Esta foi a primeira legislação que tratava do futebol profissional, com ela a prática esportiva de futebol passou a ser regulamentada e o termo jogador de futebol foi regulamentado como profissão. A partir daí temos uma nova fase deste esporte, fase esta em que os clubes se transformaram em grandes empresas, caracterizando o processo de modernização do futebol como excludente, na medida em que as oportunidades e a inserção nesses clubes passaram a ser cada vez mais difíceis devido à grande concorrência e ao desenvolvimento de habilidades para o futebol desde muito cedo. As consequências desta nova fase podem ser percebidas na atual realidade.

É a evidência de uma realidade imposta pela relação capital-trabalho que caracteriza nossa sociedade atual, na qual sonhos acabam sendo explorados pelos donos do capital e nem mesmo as fronteiras geográficas são consideradas, quando o principal objetivo torna-se a ascensão financeira. [...] os trabalhadores não têm pátria no capitalismo, não importando a fronteira, fenômeno que se estendeu a limites incríveis no futebol – com jogadores brasileiros participando da seleção de países de que ainda não tínhamos ouvido falar, vestindo estranhas camisas e gritando gol em raríssimos idiomas (SARAIVA, 2007, p. 4).

Segundo Saraiva (2007), a busca incessante pelo lucro devido à comercialização do futebol fez com que os clubes passassem a se tornar grandes empresas, e isto resultou na introdução da publicidade ao redor dos gramados e nas camisetas dos times, fazendo emergir o interesse da mídia às partidas de futebol, bem como dos patrocinadores. Por conta disto, os clubes passaram a buscar por novos talentos entre as classes antes marginalizadas, com intuito de encontrar os melhores jogadores para defendê-los e colocá-los na melhor posição da tabela dos campeonatos. Por consequência disto, o clube passará a ganhar a visibilidade que tanto deseja e movimentar capital em torno do futebol.

O futebol mundial é hoje um grande negócio. De acordo com o relatório final do Plano de Modernização do Futebol Brasileiro (2000) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), que inclui os agentes diretos, como clubes e federações, e indiretos, como indústrias de equipamentos esportivos e a mídia, o futebol mundial movimentou, em média, cerca de 250 bilhões de dólares anuais (LEONCINI; SILVA, 2005, p. 12).

A maior forma de faturamento dos times de futebol hoje, se dá em razão da venda dos jogadores profissionais e dos direitos de transmissão das partidas para a televisão. Além destas, existem outras formas do time enriquecer tais como: a publicidade (através das propagandas nos uniformes; placas de publicidade nos campos; banners que ficam atrás das entrevistas com os jogadores); licenciamento de produtos; aluguel do estádio para eventos;

bilheteria; premiação de campeonatos; patrocínios⁵; através da torcida; por meio das associações; dentre outras formas.

No Brasil, os maiores investimentos realizados em patrocínios esportivos destinam-se ao futebol, que é considerado uma paixão nacional, sendo que a maioria dos times profissionais conta com empresas patrocinadoras. Talvez o mais cobiçado patrocínio seja o da Nike para a Seleção Brasileira de Futebol, que envolve, em média, 170 milhões de dólares para estampar seu logotipo nos uniformes e materiais esportivos da seleção (AFIF Apud LIMA; BOSCHETTI; LUNA, 2012, p. 1).

Além disso, foi criada a Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, que dispõe sobre os incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo e dá outras providências. Esta lei visa o fomento de modalidades não profissionais em entidades sem fins lucrativos, segundo Brum (2016), “a lei 11.438 permite que empresas destinem até 1% do imposto de renda aos projetos aprovados pelo Ministério do Esporte (ME), um forte argumento para convencer empresários a investir em atividades esportivas.” Ainda segundo a autora, em 2007, o São Paulo F.C. saiu na frente com três projetos aprovados, e pôde captar cerca de R\$13,9 milhões para reconstruir um centro de reabilitação esportiva, arquibancadas, vestiários, estacionamentos e alojamentos de atletas. Em 2008, mais dois projetos foram aprovados, um para o atletismo e outro para a formação de jogadores, totalizando R\$23,4 milhões.

Um fator importante a ser mencionado e que causa bastante polêmica é a Lei nº 9.532/1997, que altera a legislação tributária federal e dá outras providências. A partir desta lei ficou explicitada a diferença entre entidades esportivas profissionais e não-profissionais, as quais ambas eram isentas de impostos. Esta lei instituiu isenção de imposto de renda (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para as associações sem fins lucrativos, e define entidade sem fins lucrativos como aquelas que não apresentam superávit em suas contas ou do contrário, que destine referido resultado, integralmente, à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais. Podemos perceber que mesmo com tal distinção o texto abre a possibilidade de organizações profissionais desfrutarem de isenção fiscal.

De acordo com uma reportagem do Globo Esporte (2016) o jogador de futebol Neymar foi acusado de sonegação de impostos. “De 2010 a 2013 Neymar recebeu R\$ 43,78 milhões do Santos, só que apenas R\$ 8,1 milhões em forma de salário, como pessoa física. O restante foi por meio dos "contratos de imagem" firmados com suas empresas”, a Neymar

⁵ A fim de despertar os olhares de novos patrocinadores, o marketing faz um papel muito importante dentro de um clube de futebol, pois este tem “a finalidade de impactar público-alvos e mercados específicos, recebendo em contrapartida uma série de vantagens como o reconhecimento da marca, o aumento das vendas e a simpatia do torcedor” (LIMA, BOSCHETTI, LUNA, 2012, p.1).

Sport e Marketing, a N&N Consultoria Esportiva e a N&N Administração de Bens. Neste caso, acredita-se que o direito de imagem foi utilizado para substituir o salário do jogador. Assim, tanto o atleta quanto o clube pagam menos impostos. O intuito principal foi o de fugir das taxas cobradas a pessoas físicas, e a estratégia utilizada foi a criação das empresas para receber maior parte dos salários pagos pelo Santos e dos contratos de publicidade.

De acordo Ekelund Apud LEONCINI, SILVA (2005), foi a partir dos torcedores que todos os outros clientes (TV, patrocinadores, etc.) surgiram. Aproximadamente na década de 1940, conforme alguns autores como Toledo (1996) e Pimenta (1997), surgiram as primeiras torcidas organizadas, nas quais se diferem dos demais torcedores por possuírem, dentre outras características, uma organização própria independente dos clubes. Estes grupos normalmente possuem suas próprias camisas de torcida para serem identificados como torcida organizada do time “tal”.

Hoje, as chamadas torcidas organizadas⁶ constituem a maior parte do espetáculo do futebol, com suas bandeiras, gritos e torcedores uniformizados. No entanto, a violência que frequentemente cometem contra os componentes das torcidas adversárias passou, lamentavelmente, a constituir uma característica do futebol.

Devemos considerar que, parte da violência que emerge dentro dos gramados advém de uma face da sociedade que engloba a violência no seu cotidiano. Dentre as causas deste fenômeno podemos citar: a falta de condições estruturais de segurança nos estádios de futebol; a impunidade; o capital que gira em torno deste espetáculo; o amor do torcedor fanático pelo seu time; a rivalidade entre as torcidas; a distinção social; dentre outras. E as formas de violência são físicas ou verbais, como por exemplo, o bullying, no qual se manifestar contra ou a favor de um determinado time pode ser considerado um motivo para este tipo de violência. Além disso, o racismo também se faz presente, tanto entre as torcidas quanto entre os próprios jogadores. Podemos evidenciar também o vandalismo que ocorre dentre os atos de violência, no qual pessoas são espancadas e/ou agredidas verbalmente e lugares públicos são destruídos.

A principal consequência destes tipos de violência é a destruição dos conceitos acerca do futebol, o que era para ser um elo entre as pessoas, acaba sendo estereotipado como um espetáculo perigoso. No entanto, para evitar tais atos de violência algumas providências já foram adotadas, como, por exemplo: o cadastramento de torcedores, o incentivo da presença das famílias nos torneios, a proibição de identificação de torcidas uniformizadas. Segundo

⁶ “Hoje as torcidas são registradas juridicamente como Grêmios Recreativos, tal como as Escolas de Samba, e se constituem como clubes dentro do clube. Existem em função dele, mas têm economia e sede próprias” (LEMLE, 2016, p.1).

Borges (2016), “são medidas enérgicas e responsáveis que podem ajudar o esporte a livrar-se da violência”.

Outro fator primordial sobre as características do futebol que considero importante citar é a questão de gênero no futebol. Segundo Saraiva (2007), diferente dos meninos que, apesar de toda a dificuldade enraizada através do processo histórico do futebol, estes possuem certa “facilidade” em fazer parte de um clube, já as meninas não. As mulheres conquistaram muitos direitos importantes na sociedade ao longo dos anos e passaram a se tornar tão independentes quanto os homens, além disso, assumiram muitos cargos em diversos espaços de trabalho, sendo o futebol mais um deles. Porém, ainda é possível evidenciar certa discriminação em relação à participação das mulheres em times de futebol, tal discriminação que podemos encontrar desde as categorias de base dos clubes de futebol, no qual não possuem categorias de base para meninas.

O futebol envolve muitas questões como já foi mencionado, tais como: a família, sonhos, futuros, ascensão social, poder, interesses econômicos, dentre outras. É considerado como uma grande máquina de fazer dinheiro nos dias atuais, no qual crianças e adolescentes passam a fazer parte desde processo desde muito cedo. São nas categorias de base que a busca incessante por seus futuros começa. E em meio a um turbilhão de coisas nas quais o futebol nos apresenta, o Serviço Social aparece inserido neste meio, trabalhando junto às categorias de base com o intuito de formar não apenas atletas, mas, principalmente, cidadãos de direito. “O Serviço Social possui como objetivo acompanhar os atletas na formação pessoal, escolar, intelectual e profissional, orientando-os para desenvolverem sua autonomia, participação, exercício de cidadania e acesso aos direitos sociais e humanos” (TRINDADE, 2016, p. 1)

O processo de inserção no meio futebolístico como atleta profissional é muito difícil para muitas crianças e adolescentes, para a grande maioria o sonho infelizmente acaba nas categorias de base. É neste sentido que cabe o papel do assistente social em orientá-los pra um “segundo plano”, ou seja, os incentivarem sempre à formação e ao estudo, para que num futuro inesperado estes jovens possam estar preparados para enfrentar a realidade imposta no Brasil. Haja vista que:

Sendo uma prática social que se mantém à parte da rotina da realidade, o esporte permite que ocorram façanhas como, por exemplo, a ser o Brasil, um dos últimos países do mundo em índices de qualidade de vida e cidadania, o que tem o melhor futebol do mundo, inclusive sendo a única equipe a ganhar a copa do mundo de futebol por quatro vezes. Só o esporte permite proezas desse tipo (CAPELA, 1996, p. 136).

A fim de mudar a realidade imposta no país, o esporte foi se desenvolvendo cada vez mais ao longo dos anos, principalmente o futebol, o qual foi um dos primeiros a buscar a sua regulamentação. Juntamente a isto, muitas leis foram surgindo a fim de garantir aos atletas maior cidadania, principalmente após a Constituição Federal de 1988. Neste cenário, as categorias de base surgem com um viés de qualificação dos atletas e, com o passar do tempo, foram adotando também o caráter de formação cidadã.

2. A ORGANIZAÇÃO DO ESPORTE ATÉ AS CATEGORIAS DE BASE

Dentro da dimensão do esporte, para entendermos em que posição se encontra os clubes de futebol e, mais especificamente, as categorias de base, precisamos compreender como se dá a organização do Sistema Brasileiro de Desportos, bem como, conhecer um pouco do processo histórico de criação de cada um dos órgãos envolvidos.

Como já mencionado anteriormente, o esporte sempre esteve presente na vida das pessoas, inicialmente como modo de sobrevivência, porém, não eram regulamentados. Foi então, a partir do período Brasil imperial (1822-1889)⁷ que os esportes ganharam espaço nas leis e decretos sobre a Educação Física e Desportos. De acordo com o Dicionário Informal (2016), “Desporto (português europeu) é uma atividade física sujeita a determinados regulamentos e que geralmente visa a competição entre praticantes”. Neste período, um conjunto de decretos específicos estabeleceu a obrigatoriedade de algumas práticas esportivas nas escolas militares, tais como: os Decretos nº 2.116, de 01/03/1858, o de nº 3.705 de 22/09/1866, o de nº 4.720, de 22/04/1871, o de nº 5.529 de 17/01/1874, o de nº 9.251 de 16/06/1884 e o de nº 1.0202 de 09/03/1889.

Com a criação de tais decretos as práticas esportivas aumentaram, inclusive em colégios oficiais, como o Pedro II, além disso, já aconteciam isoladamente algumas competições das sessões de Educação Física. O fim do Brasil imperial ocorre a partir da Proclamação da República em 15 de novembro de 1889, iniciando assim o período da República Velha (1889-1930).

No período da República até antes do Estado Novo as regulamentações para o esporte só vieram em formas de decreto para enfatizar tais práticas nas instituições militares. Contudo a partir de 1920 o Brasil começou a competir a nível internacional (SILVA, 2008, p. 71).

A partir do período compreendido como Estado Novo (1937-1945) surgem os primeiros dispositivos legais referentes ao desporto. O principal objetivo do Brasil neste período era o de formar uma nação forte a fim de construir uma nova identidade nacional ao país. Neste sentido, é que passou a se relacionar a Educação Física com a idéia de Segurança Nacional, preocupada com o adestramento físico necessário tanto à defesa da Pátria, quanto a formação de profissionais das indústrias para uma mão-de-obra fisicamente capacitada.

⁷ Brasil Imperial é um período da história brasileira entre 7 de setembro de 1822 (Independência do Brasil) e 15 de novembro de 1889 (Proclamação da República). Neste período, o Brasil foi governado por dois monarcas: D. Pedro I e D. Pedro II (HISTÓRIA DO BRASIL, 2016, p.1).

Durante décadas o Estado no Brasil reservou timidamente ao esporte departamentos e secretarias dentro de ministérios já consolidados. Em 1937, o tema começou a ganhar relevância no âmbito federal com a criação da Divisão de Educação Física, vinculada ao Ministério da Educação e Saúde, posteriormente reorganizado como Ministério de Educação e Cultura (SILVA, 2008, p. 71).

Em 1970, a Divisão de Educação Física vinculada ao Ministério de Educação e Cultura (MEC) foi transformada em Departamento de Educação Física e Desportos. Na sequência, em 1978, foi denominada como Secretaria de Educação Física e Desporto, ainda vinculada ao MEC⁸, permanecendo assim até 1989. No ano de 1990, Collor extingue a secretaria vinculada ao Ministério da Educação e cria a Secretaria de Desportos da Presidência da República. Após a sua saída, o esporte volta a ser vinculado ao Ministério da Educação com a Secretaria de Desportos. A partir de 1995 o esporte começa a ser mais priorizado com o governo de Fernando Henrique Cardoso, este criou o Ministério de Estado Extraordinário do Esporte e nomeou como ministro Edson Arantes do Nascimento (Pelé), que mais tarde, com a contribuição de alguns esportistas, viria a apresentar o projeto de lei 9.615 (Lei Pelé).

Ainda em 1995, a Secretaria de Desportos é transformada no Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto (INDESP) e desvinculada do MEC, passando a ser então, subordinada ao Ministério de Estado Extraordinário do Esporte. Em 31 de dezembro de 1998 foi criado o Ministério do Esporte e Turismo por FHC em seu segundo mandato, no qual o INDESP passará a ser vinculado. Mais tarde, no ano 2000, o INDESP é extinto e substituído pela Secretaria Nacional do Esporte. Priorizando ainda mais o futebol, Luís Inácio Lula da Silva resolveu separar esporte e turismo, criando o Ministério do Esporte em janeiro de 2003.

O Ministério do Esporte é responsável por construir uma Política Nacional de Esporte. Além de desenvolver o esporte de alto rendimento, o Ministério trabalha ações de inclusão social por meio do esporte, garantindo à população brasileira o acesso gratuito à prática esportiva, qualidade de vida e desenvolvimento humano (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2016, p. 1).

Vinculado ao Ministério do Esporte e parte integrante do Sistema Brasileiro de Desportos, existe o Conselho Nacional do Esporte – CNE, criado pelo Decreto-Lei 4.201, de 18 de abril de 2002, que é um colegiado⁹ de deliberação, assessoria e que tem como principal objetivo o desenvolvimento de programas que promovam a integração de pessoas à atividade

⁸ Sobre um breve histórico dos Ministérios no Brasil (PLANO POLÍTICO, 2016, p.1).

⁹ Órgãos colegiados são aqueles em que há representações diversas e as decisões são tomadas em grupo, com o aproveitamento de experiências diferenciadas. São conhecidos pelos nomes de Conselhos, Comitês, Juntas, Câmaras, Colégios, Comissões, Equipes, Grupos de Trabalho, além de outros. Seus representantes podem ter origem no setor público ou no setor privado, segundo a natureza da representação (INTEGRAÇÃO NACIONAL, 2016, p.1).

física, bem como, efetivar a melhoria do padrão de organização, gestão, qualidade e transparência.

Seguindo a linha de organização do esporte brasileiro, temos o Sistema Nacional do Desporto (SND), o qual, de acordo com o site do Ministério do Esporte (2016) tem por finalidade promover e aprimorar as práticas desportivas de rendimento¹⁰. O SND congrega as pessoas físicas e jurídicas de direito privado, com ou sem fins lucrativos, encarregadas da coordenação, administração, normalização, apoio e prática do desporto, bem como as incumbidas da Justiça Desportiva e, especialmente: o Comitê Olímpico Brasileiro; o Comitê Paraolímpico Brasileiro; as entidades nacionais e regionais de administração do desporto; as ligas regionais e nacionais e, as entidades de prática desportiva, filiadas ou não àquelas referidas anteriormente.

O Comitê Olímpico Brasileiro (COB) existe a mais de 100 anos. Sua história de fundação tem início no ano de 1913 quando Raul Paranhos do Rio Branco - filho do barão do Rio Branco e embaixador do Brasil – recebeu o convite para compor o Comitê Olímpico Internacional (COI), mostrando desta forma, confiança no potencial esportivo brasileiro. O embaixador foi o primeiro delegado do COI para o Brasil, e despertou o interesse neste mesmo ano, pela formação de um Comitê Olímpico Brasileiro. Sendo assim, no dia 8 de junho de 1914 fundou-se o COB, responsável por representar o país perante o Comitê Internacional.

De acordo com site do Comitê Olímpico (2016), o COB é uma organização não governamental de direito privado que “trabalha na gestão técnica-administrativa do esporte, atuando no desenvolvimento dos esportes olímpicos no Brasil. Sua autonomia é garantida pela Constituição”. Entre suas principais atribuições estão:

- discutir, viabilizar e acompanhar a preparação das equipes olímpicas com base nos projetos apresentados pelas Confederações, atuando na coordenação e gerenciamento desses projetos com sua experiência e credibilidade e tendo como espelho as melhores práticas internacionais;
- investir no desenvolvimento técnico das 42 modalidades olímpicas; promover, organizar, dirigir e coordenar ações voltadas para o desenvolvimento do esporte no Brasil, incluindo Olimpismo, Esporte Escolar, Esporte Universitário, Selo COB Cultural, Instituto Olímpico Brasileiro, Centro de Treinamento Time Brasil, Laboratório Olímpico;
- apoiar, acompanhar diretamente a preparação dos atletas do Time Brasil e organizar a delegação brasileira nos Jogos Olímpicos e nos Jogos Pan-americanos, além de outras competições multiesportivas, a partir de um trabalho apoiado no gerenciamento esportivo e na aplicação das Ciências do Esporte no treinamento e preparação de atletas (COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO, 2016, p. 1).

¹⁰ De acordo com o Art.3º da Lei Federal nº 9.615, de 24 de março de 1998, institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências: “O desporto pode ser reconhecido em qualquer das seguintes manifestações: III - desporto de rendimento, praticado segundo normas gerais desta Lei e regras de prática desportiva, nacionais e internacionais, com a finalidade de obter resultados e integrar pessoas e comunidades do País e estas com as de outras nações” (BRASIL, 2016, p.1).

Ao Comitê Olímpico Brasileiro está vinculado o Comitê Paraolímpico Brasileiro (CPB) e as Confederações Dirigentes de Esportes Olímpicos. A partir da criação do Comitê Paraolímpico Internacional, em 1989, houve uma grande tendência em fundar os Comitês a nível nacional. Desta forma, o CPB foi fundado em 09 de fevereiro de 1995, com sede na cidade de Niterói/RJ, com intuito de agregar os esportes praticados por atletas com qualquer tipo de deficiência.

Com o intuito de coordenar, administrar e reunir as entidades esportivas nacionais foi criado as associações, as federações estaduais e as confederações brasileiras de esportes. Esta última é responsável por uma modalidade esportiva em específico ou várias modalidades afins. Desta forma, as confederações são sempre nacionais e representam as federações estaduais, que por sua vez são responsáveis pelos atletas, árbitros, clubes e técnicos federados. Por exemplo: a Confederação Brasileira de Futebol é responsável apenas pelo futebol, já a Confederação Brasileira de Desportos Aquáticos reúne vários esportes afins tais como: natação; nado sincronizado; saltos ornamentais; maratona aquática e pólo aquático. “Atualmente, o Comitê Olímpico Brasileiro está diretamente ligado a 30 confederações brasileiras de esportes olímpicos, além de estar vinculado a outras 19, de esportes que não fazem parte das Olimpíadas” (PORTAL BRASIL, 2016, p. 1).

Quando um evento envolve mais de um estado, ele tem que ser coordenado pela Confederação, pois as Federações apenas realizam os eventos nos estados. Autônomas, as Confederações só estão sujeitas às leis federais. As Confederações são entidades sem fins lucrativos possuindo isenções de IR, IPTU, etc. As Confederações têm sob sua responsabilidade apenas o esporte de alto nível (BNDES, 2016, p. 8).

À nível municipal (Tabela) temos os clubes esportivos e as associações. De acordo com alguns dicionários como o Dicionário Informal (2016), Dicionário Online de Português (2016) e Dicionário Léxico (2016), por clubes, em geral, entende-se que são locais dotados de instalações para a prática de esportes e/ou de entretenimento de seus associados, são criados para que grupos de pessoas compartilhem certos interesses afins. Neles são praticadas atividades culturais, recreativas (de lazer), religiosas, políticas, artísticas, desportivas, dentre outras.

No que diz respeito aos clubes de futebol, estes são juridicamente organizados sob a forma de associações ou sociedades civis sem fins lucrativos.

I - Conceitos e objetivos: Associação Sem Fins Lucrativos: Associação é uma entidade de direito privado, dotada de personalidade jurídica e caracterizada pelo agrupamento de pessoas para a realização e consecução de objetivos e ideais comuns, sem finalidade lucrativa. Uma associação sem fins lucrativos poderá ter

diversos objetivos, tais como: a. associações de classe ou de representação de categoria profissional ou econômica; b. instituições religiosas ou voltadas para a disseminação de credos, cultos, etc.; c. entidades de benefício mútuo destinadas a proporcionar bens ou serviços a um círculo restrito de associados - ex.: clubes esportivos; centrais de compras; associações de bairro, moradores, etc.; d. associações com objetivos sociais que observam o princípio da universalização dos serviços - Ex.: promoção da assistência social; promoção da cultura, patrimônio histórico e artístico; promoção gratuita da saúde e educação; preservação e conservação do meio ambiente; promoção dos direitos humanos, etc. (MELCHOR, 2016, p. 1).

E ainda, de acordo com o site da Receita Federal (2016), a Instrução Normativa nº 971 de 13 de novembro de 2009, em seu artigo 248, inciso I, define que os clubes de futebol profissional são associações desportivas que mantêm uma equipe de jogadores profissionais e estão filiadas à Federação de Futebol de seu respectivo estado. No entanto, como já foi mencionado anteriormente, o futebol é o esporte mais popular do Brasil e exerce uma importante influência cultural. Além disso, é considerado uma grande máquina de fazer dinheiro, o qual movimenta milhões de reais todos os anos. É um grande paradoxo, pois apesar de muitos clubes de futebol exercerem o papel de uma verdadeira instituição capitalista, estes continuam organizados juridicamente como associações sem fins lucrativos.

Constituindo uma pequena parte destas associações, mas que exercem grande importância, as categorias de base são consideradas o primeiro passo à tentativa de ingressar na carreira de jogador de futebol profissional. As categorias de base são para os clubes de futebol, uma espécie de reserva de jogadores, os quais enfrentam um longo processo de desenvolvimento e aperfeiçoamento de suas habilidades nos centros de treinamento de cada clube.

O processo de formação de jogadores no Brasil teve seu grande marco na década de 60. As categorias de base surgiram neste período com o intuito de formar jogadores para os clubes. A necessidade de formar o jovem dentro do clube começou seqüencialmente ligada à crise futebolística instalada na Copa de 1966 à necessidade do nascimento de novos jogadores (KUNZ Apud FERREIRA, PAIM, 2011, p. 1).

Fator que contribuiu para que as categorias de base se tornassem tão importantes aos olhos dos dirigentes futebolísticos foi o alto preço dos passes valiosos de jogadores já consagrados profissionalmente, por isto, a concorrente busca por jovens e bons jogadores desconhecidos. Sendo assim, atualmente as categorias de base passaram a ganhar maior destaque no cenário futebolístico. Estas têm como principal objetivo preparar os atletas através da correção de “vícios” na forma de jogar, iniciação de preparação física mais pesada e adequação do jogador às normas do clube e também às exigências do mercado de trabalho.

Devido à grande popularização do futebol e posteriormente o destaque para as categorias de base, foi que na história, o futebol tornou-se um dos primeiros esportes a buscar

a sua profissionalização a fim de garantir os direitos dos esportistas e regularizar a situação dos atletas. Tendo em vista que o futebol necessitava de uma regulamentação própria, pois tratava-se de uma atividade específica, sendo assim, a partir da CLT conquistou maior espaço na legislação brasileira.

Tabela: Sistema Brasileiro de Desportos



Fonte: Disponível em: <http://slideplayer.com.br/slide/7229707/>

2.1 Principais leis do esporte e do futebol

O marco da legislação esportiva brasileira se deu a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, no qual instituiu o esporte como um direito de todo cidadão. Porém, no Brasil o esporte já ocorria de diferentes formas antes mesmo deste fato, e que pode ser observado desde 1938, com o Decreto-Lei nº 526 de 01 de julho de 1938, que instituiu o Conselho Nacional da Cultura, no qual coordenava todas as atividades relacionadas ao desenvolvimento cultural do país, incluindo a Educação Física. Em seguida, o Decreto-Lei nº 1.056, de 19 de janeiro de 1939, instituiu a Comissão Nacional de Desportos que tem como principal objetivo a realização de um primeiro estudo da situação vivida pelo esporte nacional e com isto, apresentar o plano geral de sua regulamentação.

Em 1941, o Decreto-Lei nº 3199 estabeleceu a criação do Conselho Nacional de Desportos – CND, que tinha como principal responsabilidade estabelecer as bases de organização dos desportos em todo país, e a função de orientar, fiscalizar e incentivar a prática do esporte em todo território nacional. Além disso, o CND viria a fortalecer a tutela do Estado sobre o Esporte, o que tirava a autonomia das entidades esportivas.

A partir da CLT, algumas legislações foram de grande relevância para o futebol, tais como o Decreto-Lei nº 5.342 de 1943, o qual estipulou que os atletas deveriam ter carteira de atleta registrada no Conselho Nacional de Desportos; o Decreto-Lei nº 51.008 de 20 de julho de 1961, que foi o primeiro a dispor sobre a prática esportiva do futebol; o Decreto-Lei nº 53.820 de 24 de março de 1964, que dispõe sobre a profissão de atleta de futebol e estabelece diversos direitos.

O atleta profissional de futebol, pelo Decreto 53.820/64, obteve do poder público, dois importantes e fundamentais direitos, talvez os maiores desde que o profissionalismo foi introduzido no país: o direito à percepção de 15% sobre o valor de sua cessão para outra associação e o direito de ser previamente consultado, sob pena de nulidade de transação, quando o clube a que estiver vinculado pretenda utilizar-se da faculdade de cedê-lo (CARVALHO Apud CRISOSTOMO, 2008 p. 20).

Com a Lei nº 6.251 de 08/10/1975, o Conselho Nacional de Desportos passou a ter poderes Legislativo, Executivo e Judiciário referente ao esporte no Brasil, passando a dominar todo o setor. Esta Lei institui normas gerais sobre desportos e dá outras providências.

Em 1975, o Conselho Nacional de Desportos, por meio da Lei 6251 de 1975, teve sua força ampliada, tornando-se os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário do esporte no Brasil – em resumo, o CND passava a ter o poder absoluto sobre o setor. Assim, o Estado controlava todas as entidades esportivas, sujeitando-as aos seus interesses (GODOY, 2013, p. 90).

Após a Constituição Federal de 1988, mais especificamente com o artigo 217¹¹, surgem conseqüentemente as leis 8672/93 (Lei Zico) e a 9615/98 (Lei Pelé).

No preâmbulo deste artigo, o Esporte no Brasil teve o seu conceito atualizado ao ser considerado como direito de cada um. Neste mesmo artigo, ficava determinada a autonomia das entidades e associações esportivas. Desse modo, estava rompida a tutela do Estado sobre a Sociedade em relação à área do Esporte (TUBINO, 2016, p. 4).

¹¹ Art. 217 É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um, observados: I - a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento; II - a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento; III - o tratamento diferenciado para o desporto profissional e o não profissional; IV - a proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional. § 1.º O Poder Judiciário só admitirá ações relativas à disciplina e às competições desportivas após esgotarem-se as instâncias da justiça desportiva, regulada em lei. § 2.º A justiça desportiva terá o prazo máximo de sessenta dias, contados da instauração do processo, para proferir decisão final. § 3.º O poder público incentivará o lazer, como forma de promoção social (BRASIL, 2012, p.228).

Estas duas leis propõem princípios e diretrizes para a organização e funcionamento das entidades esportivas e principalmente, visaram mudanças nas questões do futebol. A lei Zico instituiu normas gerais sobre o esporte no Brasil e ainda, abriu caminho para a discussão sobre a relação atleta e clubes. Além disso, apresentou uma visão mais detalhada sobre o que se entende por desporto, reafirmando o que a CF de 1988 já havia apresentado. Outro fator importante desta lei é que, a mesma reduziu drasticamente a interferência do Estado sobre o esporte, passando um pouco deste poder para a iniciativa privada.

A Lei Pelé tratou de abordar mais uma vez o debate sobre a relação entre clubes e jogadores, desta forma, determinou que a Lei nº 6.354 (lei do passe)¹² fosse extinta, a qual vigorava desde 1976. Esta lei determinava que os jogadores continuassem vinculados aos times de futebol mesmo após o término de seus contratos. Com o fim desta lei, os jogadores poderiam exercer o direito de profissão atrelado aos seus clubes.

Nesta Legislação são oferecidas garantias profissionais aos atletas quanto ao não cumprimento de obrigações trabalhistas, trata também da liberdade do atleta profissional ao terminar o contrato, de ele assumir qualquer outra entidade esportiva, acabando assim o passe (SILVA, 2008, p. 75).

A Lei Pelé instituiu o Sistema Nacional do Desporto (SND), que veio substituir o Sistema Federal do Desporto regido pela Lei Zico. A partir disto, o Comitê Paraolímpico Brasileiro passou a ser vinculado ao Sistema Nacional do Desporto. De acordo com a Lei Pelé Comentada (2016) o Sistema Nacional do Desporto da Lei Pelé seria uma cópia do que a Lei Zico chamava de Sistema Federal do Desporto. De novidade, portanto, temos principalmente a inserção do Comitê Paraolímpico Brasileiro e as algumas mudanças sobre ligas desportivas, em âmbito regional ou nacional.

A Lei Pelé irá tratar ainda sobre os conceitos de atleta profissional e não profissional. Podemos perceber a existência de diferentes práticas desportivas tais como: amadora, semiprofissional e profissional. A forma amadora se dá quando esta é praticada apenas por lazer e não como trabalho. São considerados atletas semiprofissionais aqueles com idade entre quatorze e vinte anos, que não têm vínculo empregatício com nenhum clube e desta forma, não recebem salário, mas que não praticam o esporte apenas como lazer.

O número de atletas semiprofissionais existente é muito grande, tendo em vista que, os clubes de futebol necessitam cada dia mais de novas revelações para compor a equipe profissional e, posteriormente gerarem lucros. Sendo assim, é por meio das categorias de base que os clubes alcançarão seu objetivo, utilizando-as como uma ferramenta para a seleção de

¹² Lei nº 6.354/76 , de 02 de setembro de 1976 Dispõe sobre as relações de trabalho do atleta profissional de futebol e dá outras providências. Art. 11 — Entende-se por passe a importância devida por um empregador a outro, pela cessão do atleta durante a vigência do contrato ou depois de seu término, observadas as normas desportivas pertinentes (BRASIL, 2016, p.1).

atletas com características mais avançadas como, por exemplo: habilidade com a bola; agilidade em campo; dentre outras.

Já a prática profissional de futebol começa quando o atleta registra-se devidamente à Confederação Brasileira de Futebol. “Nesta modalidade o atleta está apto a celebrar contrato de trabalho desportivo desde que preenchidos os outros requisitos, que serão estudados em momento oportuno” (CRISOSTOMO, 2008, p. 25).

Em 2003 é criada a Lei n. 10.671, no dia 15 de maio, que dispõe sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor e dá outras providências, esta define torcedor como toda pessoa que aprecie e/ou apóia qualquer prática esportiva no país ou se associe a qualquer entidade desportiva.

Ainda em 2003, a partir da Resolução CNE n.1 de 23 de dezembro, com intuito de aglomerar todas as regras disciplinares de diferentes modalidades esportivas criou-se o Código Brasileiro de Justiça Desportiva – CBJD:

Com intuito de facilitar a compreensão e funcionamento das regras que regem o desporto, pela busca de instrumentos jurídicos para prevenção, mediação e resolução dos problemas e conflitos desportivos eminentes e futuros; criou-se, então, o Código Brasileiro de Justiça Desportiva, uma vez que este deve atender às exigências de qualidade e segurança do Sistema Brasileiro Desportivo (FORLIN, 2007, p. 51).

É evidente que com a evolução do desporto no país, faz-se necessário cada vez mais aperfeiçoar a profissionalização da prática esportiva de futebol. Neste sentido, as leis criadas nas décadas de 1930 e 1940 as quais regulamentavam o futebol ainda deixavam muito a desejar, no entanto, estas contribuíram significativamente para que o esporte desse seu primeiro passo rumo à profissionalização, deixando de lado o amadorismo predominante na época.

Desta forma, é a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 que se dá o marco da organização do esporte brasileiro bem como, o avanço na legislação esportiva.

A organização esportiva do país só foi revisada com a Carta Constitucional de 1988, que inovou a atenção dada ao tema e trouxe pela primeira vez um item específico sobre esporte, constitucionalizando-o como direito social de cada cidadão e dever do Estado brasileiro fomentar e garantir o acesso às práticas esportivas (LORENZO Apud GODOY, 2013, p. 98).

O resultado foi a criação de um documento que trazia em si recomendações de como orientar as políticas de esporte no Brasil e que corroborou para tornar o esporte em um direito social, neste sentido, colocar o desporto como um dever do Estado, é o que irá garantir o direito de cada um ao desporto.

2.2 As categorias de base em Santa Catarina

Como sabemos, as categorias de base ou centro de formação de atletas são (ou deveriam ser) a principal fonte de abastecimento e inclusão de novos atletas à categoria profissional de um clube de futebol. No entanto, muitos clubes ainda vêem as categorias de base como uma atividade de custo extra e, infelizmente, a formação de atletas em muitos casos não recebe a atenção necessária e merecida em investimento de infraestrutura e recursos humanos.

Esta importante fonte de abastecimento muitas vezes é deixada de lado em detrimento do custo de sua manutenção, haja vista que para funcionar corretamente e com eficácia, o clube precisa de uma estrutura específica para estes atletas, tais como: campos de treinamento; alojamentos; profissionais capacitados que atendam cada categoria; bem como, a garantia de seus direitos às necessidades básicas como: alimentação adequada; saúde; educação e moradia; convivência familiar e comunitária; dentre outras como preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente.

No entanto, em muitos casos, os centros de formação de atletas são vistos pelos clubes de futebol a partir desta visão simplista, e englobam para o processo de formação de atletas a contratação/manutenção de profissionais que não possuem a capacitação necessária para o trabalho de formação; não mantêm uma infraestrutura mínima para o desenvolvimento dos atletas (alimentação, alojamentos, acompanhamento escolar, materiais de campo, dentre outros); além disso, buscam intensamente por resultados e vitórias através das categorias de base, as quais são importantes e necessárias, porém, não significam o resultado de uma boa formação.

Atualmente as categorias de base, principalmente em nosso país, preocupam-se em formar rapidamente o atleta, para atender as necessidades do mercado e do mundo profissional. Muitos clubes não levam em consideração o processo de formação gradual, ou seja, há uma precocidade e uma forte cobrança em cima dos atletas pelo rendimento máximo nos treinamentos e nas competições disputadas (CASARIN, CELLA, 2008, p. 11).

Podemos considerar que as competições podem trazer rebatimentos tanto positivos quanto negativos para os atletas, dependendo de como estas serão utilizadas. Quando as competições são utilizadas a fim de emancipação social, integração e lazer, estas podem auxiliar na formação integral do atleta, nos aspectos cognitivo, social, físico, afetivo e nas atitudes saudáveis. Porém, se as competições ocorrem de forma a objetivar o destaque para as

vitórias, autopromoção e sobrepujança ao adversário, a convivência sadia está sendo negada, tomando como foco o ser humano em primeiro lugar.

Em Santa Catarina sabe-se da existência das categorias de base em clubes de futebol, tais como: Avaí; Figueirense; Guarani; Chapecoense; Joinville; Criciúma; Brusque, dentre outros. As categorias compreendidas geralmente são: Infantil (14-15), Juvenil (15-17) e Juniores (17-20) podendo variar de clube para clube.

Os clubes do estado possuem infraestrutura própria para os centros de formação de atletas, no entanto varia de clube para clube. Geralmente possuem de 2 a 4 campos com medidas oficiais para treinamento, academias, vestiários, alojamentos, refeitórios, equipe técnica incluindo psicólogo e assistente social, departamento médico e centro de fisioterapia. Alguns clubes contam ainda com a existência de bibliotecas, sala de jogos, piscinas, sala de informática, dentre outros espaços que permitem a interação, a cultura e o lazer das crianças e/ou adolescentes que estejam alojados.

Não existem dados concretos mas, de acordo com alguns sites de clubes de futebol de Santa Catarina, o trabalho nos centros de formação de atletas conta com a existência do profissional de Serviço Social desde meados dos anos 2000. A proposta de ter assistente social e psicólogo compondo a equipe técnica, e em alguns casos o pedagogo, compreende a ideia de se ter uma formação completa dos atletas, não apenas a nível esportivo, mas também a nível pessoal, ou seja, para além da formação de jogadores de futebol é necessário construir a formação cidadã dos mesmos. Para isto, os centros de formação em Santa Catarina atuam principalmente com base na Lei 9.615/98 (Lei Pelé) e o Estatuto da Criança e do Adolescente, no que concerne a Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Vida e Saúde; Profissionalização e Proteção do Trabalho; Liberdade, Respeito e Dignidade; Convivência Familiar e Comunitária. Ambos direcionam a organização das categorias de base e a proposta da formação do atleta-cidadão.

Os atletas em formação nos clubes de futebol de Santa Catarina vêm dos mais diversos clubes espalhados pelo Brasil, por este motivo se faz necessário e de suma importância que o atleta permaneça alojado na entidade de prática desportiva. Desta forma, para sua permanência no clube, os pais ou responsáveis precisam apresentar sua autorização, a qual é feita de acordo com cada clube. A partir do contato com o responsável pelo atleta, assistente social e/ou psicólogo encaminham via redes sociais ou email a autorização de alojamento, a qual deve ser preenchida e autenticada em cartório. Além disso, outros documentos são necessários para o atleta estar regulamente alojado, tais como: RG dos responsáveis,

comprovante de residência, carteira de vacinação do atleta, certidão de nascimento e documentos referentes à escola como histórico e outros.

Esta autorização de alojamento contém informações pertinentes como: nome completo; CPF; RG; endereço dos pais ou responsáveis e do atleta em questão. Além disso, dispõe sobre alguns deveres que o responsável precisa ter em relação à criança e/ou adolescente, como por exemplo, a realização do contato com o Setor Psicossocial através de redes sociais, e-mail ou WhatsApp, de no mínimo uma vez ao mês com objetivo de saber a respeito do atleta.

A inserção dos atletas em cada clube se dá através das peneiras, estas são denominadas desta forma, pois visam a seleção dos melhores atletas a partir de variados testes, os quais permitem a avaliação de todas as habilidades motoras esportivas que o atleta possui, além disso são realizados nas mais diversas situações possíveis afim de captar a potencialidade de cada jogador. A forma de aplicabilidade das peneiras varia de clube para clube, estas são definidas e planejadas pela equipe técnica. Também existe um critério em especial para o alojamento, sendo que serão admitidos preferencialmente os atletas cujos familiares ou responsáveis não residam próximo ao clube.

Depois de alojados os atletas seguem uma rotina de regras e treinos para melhor organizar suas tarefas. Cada comissão técnica de cada categoria (Infantil, Juvenil, Juniores) planeja um cronograma semanal com horários pré-definidos (podendo haver alteração durante a semana correspondente). Desta forma, os atletas possuem algumas regras a seguir, as quais são definidas por cada clube. O não cumprimento de algumas regras ou exigências para permanecer no clube, como por exemplo, freqüentar a escola, pode acarretar na proibição do atleta em participar de competições ou até mesmo, em alguns casos, o seu desligamento com o clube de futebol.

A fim de auxiliar na organização e disciplina dos atletas fazem parte do quadro de funcionários do clube os instrutores de alojamento (também chamados de supervisores), que tem como principais funções: fazer a verificação quanto à organização e limpeza dos alojamentos; saber das principais demandas dos jogadores e procurar solucioná-las com a ajuda de outros profissionais; como por exemplo, o assistente social; bem como, cobrar dos atletas à disciplina necessária e o comprometimento com os treinos, escola e demais compromissos.

Uma característica em comum dos clubes de SC é a uniformização dos atletas, bem como dos funcionários. Cada jogador recebe seu uniforme do clube, o qual deve ser necessariamente usado a fim de identificá-los como pertencentes à categoria de base.

Principalmente nos treinos o uso do uniforme se faz obrigatório, de acordo com o manual do atleta (existente em alguns clubes de Santa Catarina).

Como já mencionado, o Serviço Social foi inserido no contexto futebolístico dos clubes de futebol a partir dos anos 2000. Após esta inserção os centros de formação de atletas passaram a compreender também, várias ações voltadas especialmente para o desenvolvimento social dos jogadores, a fim de que estes desenvolvam sua autonomia, a participação, o exercício de cidadania, bem como o acesso aos direitos sociais e humanos.

Para este processo é necessário o compromisso da sociedade em geral, desta forma, cabe ao assistente social o papel de fazer esta interação a partir de suas ações, levando em consideração os direitos sociais dos atletas preconizados no Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei Pelé, e baseando-se no Código de Ética do Assistente Social e nos aparatos teórico-metodológicos os quais dispõem o Serviço Social para sua intervenção profissional. Segundo Saraiva, esta afirma que:

é necessária uma prática interventiva e libertadora durante o processo de formação do jogador. Esse processo deve-se iniciar nas categorias de base e potencializar-se na categoria profissional para que o jogador passe de uma atitude limitada pelos padrões de rigidez para atitudes mais conscientes principalmente do seu papel na sociedade e no exercício de sua cidadania (SARAIVA, 2007, p. 6).

É com este propósito e a partir da contextualização apresentada, após várias mudanças na história do futebol do país, que se viu a necessidade de inserir o Serviço Social no meio futebolístico. Apesar de alguns clubes já possuírem categorias de base em seu contexto, a idéia de se ter um centro de formação de atletas voltado para o aspecto social dos mesmos é ainda recente, e tem como principal objetivo trabalhar as relações sociais, sejam elas: atleta/família, atleta/sociedade ou atleta/escola, engajados no compromisso de garantir a formação de atletas/cidadãos.

3. O SERVIÇO SOCIAL NOS CLUBES DE FUTEBOL

No presente capítulo será apresentado um breve histórico do futebol no estado de Santa Catarina, tendo como foco o processo de organização deste esporte, bem como, a fundação e participação de alguns clubes de futebol neste processo de regulamentação.

Também será tratado acerca da metodologia escolhida para a materialização deste trabalho, o qual foi realizado através de pesquisa exploratória e descritiva e, pesquisa de campo realizada mediante entrevista.

Por fim, serão apresentados os resultados da pesquisa de campo realizada mediante entrevista com as assistentes sociais de três clubes de futebol do estado de Santa Catarina. Tais entrevistas proporcionaram um panorama de conhecimento acerca do exercício profissional do assistente social nos clubes de futebol, permitindo a identificação dos limites e possibilidades de atuação do assistente social a partir das análises realizadas.

3.1 Breve histórico dos clubes de futebol em Santa Catarina

As partidas de futebol no estado de Santa Catarina só ocorreram de forma oficial a partir do dia 14 de agosto de 1910, data em que aconteceu a primeira partida¹³ organizada para apreciação pública, realizada na Praça General Osório, onde hoje se acha instalado o Instituto Estadual de Educação em Florianópolis. Esta aconteceu entre catarinenses e paulistas com vitória para o time de Santa Catarina.

Já existiam alguns clubes no estado, os quais praticavam outras modalidades esportivas tais como o remo, a natação e o tiro ao alvo. Com a vinda do futebol para Santa Catarina, esses times passaram a praticá-lo também e disputavam as diversas modalidades já mencionadas. Os jogos eram organizados através de torneios, amistosos e competições atléticas.

Com o surgimento de várias equipes pelo Estado, dia 14 de junho de 1914, por iniciativa do conhecido desportista Eugênio Bruck, nasce na Capital a idéia da criação de uma liga oficial para orientar e comandar as atividades das muitas equipes que viviam a fazer jogos entre si. A iniciativa contou com o imediato apoio dos próprios clubes, que sentiam a necessidade urgente de um calendário organizado e mais competitivo; um recurso que aumentasse a motivação dos jogos e, por conseguinte, fizesse o público a se empolgar mais com os espetáculos futebolísticos (MACHADO, 2000, p. 31).

¹³ Chamamento aos torcedores: “Foot-ball – Primeira partida desse distinto jogo esportivo que se realiza aqui, domingo às duas horas da tarde, no Largo General Osório, haverá um match de foot-ball entre os alunos do Ginmásio Santa Catharina e um grupo de amadores. O time do Ginmásio Santa Catharina é assim constituído: Goal-Keeper – Roberto Moritz; Fall-backs – Alberto Gaber e João Cunha; Halff backs – Garibaldino Amaral, Lauro Ramos e Miguel Oliveira; Forwards – Fernando Garrocho, Hortêncio Goulart, Alfredo Schelmann, Pedro Alcântara e Ricardo Garcia” (MACHADO, 2000, p.24).

Depois de alguns anos e muito debate, um grupo de desportistas se reuniu no dia 12 de abril de 1924, no Gymnasio Catharinense (atual colégio Catarinense da cidade de Florianópolis), para fundar a Liga Santa Catharina de Desportos Terrestres, esta tinha como ideal “ser uma escola condigna aos clubes filiados, com o patriótico intuito de proclamar o elevado grau de cultura da mocidade, que de há muito vem obtendo merecidos aplausos de nosso público, como diz o texto original de criação da Liga” (CAMPEÕES DO FUTEBOL, 2016, p. 1).

A reunião contou com a participação dos representantes de alguns clubes de Santa Catarina, tais como: Atlético Florianópolis, Figueirense, Internato, Trabalhista e Avahy para que registrassem a ata de fundação da Liga Santa Catharina de Desportos Terrestres.

Subvencionada pelo Governo do Estado a LIGA SANTA CATHARINA DE DESPORTOS TERRESTRES passou a dirigir os esportes de superfície terrestre, organizando campeonatos de Atletismo, Tiro ao Alvo e Futebol, filiando-se à Confederação Brasileira de Desportos (CBD) (CAMPEÕES DO FUTEBOL, 2016, p. 1).

No início, as disputas eram realizadas apenas entre os clubes da cidade de Florianópolis, capital do estado. A partir de 1927, mais especificamente no dia 15 de agosto, a Liga Santa Catharina de Desportos Terrestres foi substituída pela Federação Catarinense de Desportos, que em seu terceiro ofício passou o seguinte comunicado a seus filiados:

Florianópolis, 16 de agosto de 1927. Tenho a honra de comunicar-vos que na Assembléia Geral das associações federadas à LIGA SANTA CATHARINA DE DESPORTOS TERRESTRES, hontem realizada, foi erigida em substituição à extinta liga acima nomeada, a FEDERAÇÃO CATARINENSE DE DESPORTOS, destinada como a antecessora a representar e dirigir os desportos terrestres no Estado de Santa Catarina (CAMPEÕES DO FUTEBOL, 2016, p. 1).

Com a consolidação do futebol como o esporte mais popular do país, muitos clubes de futebol foram fundados em Santa Catarina, e com a evolução por todo estado das demais modalidades de práticas esportivas e a criação de suas respectivas entidades regulamentadoras, em 1951, a Federação Catarinense de Desportos teve seu nome modificado para Federação Catarinense de Futebol, desligando-se definitivamente das outras modalidades esportivas. Atualmente existem 27 Federações¹⁴, uma a cada estado do Brasil e uma do Distrito Federal.

Ao longo dos anos, com a evolução do profissionalismo, muitos clubes pioneiros do futebol no estado foram deixados para trás. No entanto, muitos outros foram fundados como, por exemplo, o Esport Club Paysandu (1914); Marcílio Dias (1919); Figueirense (1921),

¹⁴ Relação das Federações do país. (CAMPEÕES DO FUTEBOL, 2016, p.1)

Avahy (1923); Guarani (1928); Criciúma (1948); Chapecoense (1973); Joinville (1976), dentre outros.

A história do futebol no estado catarinense é marcada por grandes momentos como, por exemplo, os clássicos municipais, os quais foram protagonizados por tradicionais clubes.

No Norte, em Joinville, América X Caxias, no Vale do Itajaí em Blumenau, Olímpico X Palmeiras, em Itajaí, Barroso X Marcílio Dias, em Brusque, Paysandu X Carlos Renaux. Seguindo para o Sul, em Criciúma, com Próspera, Metropol e Comerciário. No litoral Sul, em Tubarão, Ferroviário X Hercílio Luz, no Planalto Serrano, nas cores do Internacional, de Lages (FEDERAÇÃO CATARINENSE DE FUTEBOL, 2016, p. 1).

Em relação aos grandes espetáculos futebolísticos, os clubes Avaí (atual nome do antigo Avahy) e Figueirense ilustraram em grande nível os momentos históricos do futebol em Santa Catarina com o clássico que consagrou como o mais tradicional ao longo da história: Avaí X Figueirense ou Figueirense X Avaí.

Acompanhando o desenvolvimento do futebol no país, os clubes de Santa Catarina aos poucos foram crescendo e constituindo-se como grandes clubes de futebol. Foram conquistando cada vez mais títulos nos campeonatos e tornado-se conhecidos por todo Brasil. A estrutura física destes clubes também cresceu e, aos poucos, um a um foi construindo, reformando ou conquistando novos estádios para a prática esportiva.

Aos poucos são criadas as ligas, estas poderão ser registradas ou não à Federação Catarinense de Futebol, tal como prevê a Lei Pelé, 2º § do Art. 16: “As ligas poderão, a seu critério, filiar-se ou vincular-se a entidades nacionais de administração do desporto, vedado a estas, sob qualquer pretexto, exigir tal filiação ou vinculação”. As ligas serão organizadas pelas entidades de prática desportiva participantes de competições do Sistema Nacional do Desporto, estas poderão ser regionais ou nacionais.

A principal competição existente em Santa Catarina atualmente é o Campeonato Catarinense de Futebol, o qual é responsável pelo futebol profissional no estado. Esta competição é organizada pela Federação Catarinense de Futebol e é dividida em três grupos: a primeira divisão (divisão principal); a segunda divisão (divisão especial) e a terceira divisão (divisão de acesso). A segunda competição mais importante é a Copa Santa Catarina, existente desde 1990 e que geralmente começa após o término do Campeonato Catarinense.

Atualmente, o estado de Santa Catarina possui 999 times, de acordo com o site da Federação Catarinense de Futebol – FCF (2016). Dentre eles existem muitos ainda amadores e, por consequência disto prestigiados por poucos. Ao mesmo tempo, outros se encontram mais avançados, fazendo parte das principais divisões do campeonato catarinense e desta forma, são mais conhecidos. Como por exemplo: Brusque; Avaí; Camboriú; Chapecoense;

Criciúma; Figueirense; Guarani; Joinville; Inter de Lages; Metropolitano; Atlético de Ibirama; Juventus; Hercílio Luz; Blumenau EC; Marcílio Dias dentre outros.

3.2 Metodologia da pesquisa

Para a materialização deste trabalho, a técnica utilizada foi a pesquisa exploratória e a pesquisa descritiva. A partir da pesquisa exploratória foi possível aprimorar algumas ideias já conhecidas sobre o assunto. De acordo com Gil (2007), “estas pesquisas têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses”. Já a pesquisa descritiva:

têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática (GIL, 2007, p. 42).

Para isto, foi feito um levantamento bibliográfico preliminar a partir de materiais impressos e digitalizados. “A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (GIL, 2007, p. 44). A pesquisadora também teve o auxílio de um professor do curso de Educação Física para encontrar alguns materiais relativos à história do esporte e do futebol. À medida que se teve acesso à literatura, foi-se fazendo uma pesquisa exploratória com intuito de separar aqueles considerados úteis na construção dos capítulos.

A partir disto, a fim de aprofundar ainda mais a seleção dos materiais, foi feita uma pesquisa seletiva, esta “é mais profunda que a exploratória; todavia, não é definitiva. É possível que se volte ao mesmo material com propósitos diferentes” (GIL, 2007, p. 78). Desta forma, os textos foram analisados e, com isto, coletaram-se dados a partir dos indicadores de pesquisa: história do esporte; futebol no Brasil; organização do esporte no Brasil; leis do esporte, clubes de futebol; categorias de base.

A pesquisa bibliográfica foi feita com o objetivo de compreender todo o processo histórico do esporte e a inserção do futebol no Brasil a fim de apontar as características deste jogo na contemporaneidade. Entender o processo de organização do esporte no país, com o intuito de identificar onde se encontram os clubes de futebol e as categorias de base na hierarquia organizacional do esporte no Brasil. E por fim, conhecer um pouco mais acerca das categorias de base, bem como a história do futebol no estado de Santa Catarina e sua organização.

Para a realização da pesquisa de campo, que se constitui como o foco do capítulo 3, foi realizada a entrevista estruturada através de um questionário (Apêndice), do qual se retirou alguns dados a serem analisados. Por entrevista entende-se que:

Pode-se definir entrevista como a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação. A entrevista é, portanto, uma forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação (GIL, 2012, p. 108).

Com a entrevista o pesquisador terá a possibilidade de apreender o entendimento do entrevistado sobre determinado assunto. Esta se constitui como uma ferramenta auxiliar de suma importância para a captação de dados fundamentais para a realização da pesquisa. Neste sentido, foi que se optou por fazer a coleta de dados por meio da entrevista, tendo em vista que esta pode possibilitar uma maior interação com o entrevistado. Além disso, permite que o pesquisador possa, para além daquelas perguntas já delimitadas, fazer outras que considere pertinente e que irão contribuir com sua pesquisa. A escolha pela pesquisa de campo possibilitou conhecer o ambiente de trabalho de cada profissional e como está organizado o Serviço Social dentro dos clubes de futebol.

Dos clubes de futebol de Santa Catarina que possuem categorias de base, em apenas três foram realizadas entrevista com as assistentes sociais. A falta de tempo devido ao trabalho, não possibilitou a ida em clubes mais longes, os quais demandam muitas horas de viagem. No entanto, concluiu-se que a realização de três entrevistas já seria suficiente para a realização do trabalho.

Inicialmente, foi feito contato por telefone com as assistentes sociais, com intuito de explicar o objeto da pesquisa e marcar uma visita para a realização das entrevistas, questionando a possibilidade de gravar a mesma, havendo desta forma, o assentimento de todas. Além disto, a mesma foi de maneira sigilosa, sendo assim, foi assinado entre ambas as partes (pesquisador e entrevistado) um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (ApêndiceI), o qual é um documento que tem como intuito esclarecer ao sujeito sobre a pesquisa fazendo com que este possa tomar sua decisão justamente sem nenhum constrangimento sobre a sua participação.

As entrevistas ocorreram no espaço de trabalho de cada assistente social em dias e períodos diferentes. Estas foram realizadas na própria sala das profissionais. Duas das entrevistas duraram em média trinta minutos, enquanto que a outra se estendeu um pouco mais, chegando à uma hora de entrevista.

3.3 Análises do resultado da pesquisa

A partir da realização das entrevistas com as assistentes sociais, foi possível compreender um pouco mais do exercício profissional do assistente social nos clubes de futebol. Iremos perceber que nos três espaços de trabalho existem muitas características em comum, tanto de atuação das profissionais quanto na forma em que o Serviço Social está inserido em cada clube, no entanto, há também algumas diferenças que considero importante observar.

Seguindo uma linha cronológica de organização da entrevista, no que diz respeito à inserção das assistentes sociais em cada clube, verificou-se que nos três, estas foram contratadas a partir do ano 2000, ou seja, é um espaço de trabalho “novo”. Das profissionais entrevistadas, apenas uma é a primeira a trabalhar no clube, já as outras são as segundas assistentes sociais, mas as primeiras existentes não permaneceram por muito tempo. Denota-se que a profissão nestes espaços foi inserida recentemente, por consequência disto, o saber acerca da profissão e de sua importância neste meio também é novo. Podemos perceber isto na fala da Entrevistada 2: “Como é tudo muito recente né?! Ele ta cada vez mais se fortalecendo aqui dentro assim, eles tão observando cada vez mais o papel do Serviço Social, quanto é importante né?!”.

Apesar de a profissão constituir-se nova nos clubes de futebol, acarretando na falta de compreensão por muitas pessoas acerca da profissão e sobre o que esta pode contribuir nestes espaços, o principal motivo destas indagações é devido ao contexto histórico do Serviço Social, o qual é marcado por ações assistencialistas e clientelistas. Ou seja, muitas pessoas ainda vêem a profissão atrelada a este perfil histórico dos assistentes sociais e têm a dificuldade de pensá-los inseridos nestes espaços de trabalho. Porém, é importante ressaltar, como afirma Carvalho (2011, p. 138): “nunca é redundante consolidar em nossa formação profissional que os usuários devem ser entendidos como portadores de direitos e não reduzidos à condição de beneficiários e assistidos”.

Dos motivos pelo qual as entrevistadas foram contratadas, uma delas justificou que o clube necessitava do selo (certificado) que caracteriza os clubes de futebol como formadores de atletas, para isto, precisavam ter em seu quadro de funcionários uma assistente social e uma psicóloga. As outras entrevistadas foram contratadas a partir de uma necessidade que já estava posta, a de se fazer um trabalho social com os atletas. Sendo assim, todas foram inseridas nestes espaços com foco nas categorias de base.

Nos três clubes, os usuários atendidos são atletas dos 14 aos 20 anos de idade, os quais são divididos normalmente em três categorias. No entanto, apenas a Entrevistada 1 diz que o clube atende 4 categorias: Sub 14, Sub 15, Sub 17 e a Sub 20. Já as outras entrevistadas afirmam que os atletas são separados em três categorias, Sub 15, Sub 17 e Sub 20. Em um dos clubes, a entrevistada disse que a maioria destes atletas vem de cidades do interior, já as outras duas não falaram nada a respeito disto, porém disseram que existem atletas que moram com os pais, os quais também são atendidos pelo clube. Além disso, com relação à escola:

Já que está falando de perfil assim, a gente tem, consegue ter 100% os meninos estudando. A gente tem sim meninos que estão com defasagem escolar, mas a gente ta conseguindo dar uma revertida nisso aí através do supletivo. A gente tem bastante meninos formados também” (Entrevistada 3).

As diferenças existentes entre uma categoria e outra são: a idade na qual cada uma irá abranger; a comissão técnica, a qual irá existir uma para cada categoria; e as ações profissionais que em alguns casos também serão diferentes, tendo como principal intuito atender a demanda de cada grupo. Durante a entrevista, ao perguntar qual a principal demanda dos usuários, cada assistente social teve uma resposta diferente. Entrevistada 1: “A principal demanda é por escola entendeu?! [...] depois vem a questão da saúde bucal [...] mas o principal que eu vejo daqui dentro com relação à eles é os estudos”. Entrevistada 2: “É muito a questão da saudade, muito, muito, muito, né?! E, aí conseqüentemente eles vêm as vezes com dificuldades de adaptação no alojamento”. Entrevistada 3: “Eu acho que a principal demanda hoje, vou te falar é o lazer”.

A partir disto, entendo que essas demandas tão diferentes que as profissionais constatarem no clube, são devido a alguns fatores. Primeiro, é com relação ao perfil dos atletas, tendo em vista que alguns são do interior e outros de cidades grandes. Desta forma, possuem hábitos diferentes com relação aos estudos, a educação, aos treinos, a alimentação, dentre outros aspectos. Tal como afirma a entrevistada 2:

os meninos que vem do interior eles têm uma postura diferente, né?! Eles têm uma postura assim de, eles são mais resguardados, são mais educados, eles têm mais comprometimento com relação aos estudos. [...] Os meninos da cidade, cidade que eu digo Palhoça, Biguaçu, São José, né, Florianópolis assim, já não tem essa mesma postura [...].

Outro ponto em questão que justifica tais demandas é a própria condição financeira do clube, ou seja, as condições que cada um tem de arcar com despesas relacionadas a momentos de lazer dos atletas, por exemplo. Seja através de passeios bancados pelo clube ou através de atividades em suas próprias dependências, como por exemplo, a existência de uma sala de jogos. O momento pelo qual cada clube está passando irá influenciar diretamente as condições

financeiras, o que irá conseqüentemente, em algumas situações, rebater nas próprias intervenções profissionais, seja devido a más condições de trabalho ou através da falta de recursos para a efetivação de fato, de todos os direitos dos atletas de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, como por exemplo, o direito ao lazer.

Outro ponto que considero pertinente abordar e que diferencia uma demanda da outra, é também a questão da idade dos atletas. Ou seja, para cada idade diferente haverá também uma demanda diferente, seja de adaptação no alojamento; seja no relacionamento com outros atletas; seja por questões da escola, dentre outras. Podemos perceber isto na fala da Entrevistada 1 quanto diz que:

eu diria que os mais atendidos são os menores né, o Sub 14, o Sub 15... o Sub 13. O juvenil (**Sub 17**) já é uma categoria que ele caminha um pouco mais sozinho, mas não totalmente sozinho, porque eles ainda precisam de algumas ações daqui. Os juniores já é bem tranquilo assim, porque como eles têm 19, 18, 20 anos, então são poucas as ações que a gente realiza [...] Então os que mais dependem, que mais passam por esse setor são... são os pequenos. [...] Olha do Sub 20, porque eles não me procuram mais por escola... a principal demanda deles seria por moradia.

A fim de responder a todas as demandas em cada espaço de trabalho, as profissionais entrevistadas devem estar engajadas em sua prática profissional. De acordo com Batista (Apud XAVIER, MIOTO, 2014, p. 356):

o conceito de prática profissional pode ser entendido como um componente específico presente dentro da prática social, esta que, por sua vez, é uma categoria teórica que permite compreender e explicitar a constituição e as expressões do ser social e a dinâmica social na qual se insere. A prática profissional, assim, é resultante da especialização do trabalho coletivo, previamente determinada pela divisão sociotécnica do trabalho, situando-se no âmbito das relações sociais concretas com uma dimensão historicamente determinada, que vai se particularizar em diversos campos de trabalho vinculados ao todo social.

De acordo com as entrevistadas, todas as suas falas e ações profissionais são pautadas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), na Lei Pelé e no Código de Ética do Assistente Social. No entanto, de acordo com a Entrevistada 3, o Estatuto da Criança e do Adolescente acaba sendo a principal referência. “[...] mas o principal quando a gente trata dos menores de idade, é o Estatuto da Criança e do Adolescente. Todas as leis eu acho que acabam chegando ali no Estatuto né.” Neste sentido, de acordo com a Lei n. 8.069 de 13 de julho de 1990 que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências:

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 2015, p. 11).

Podemos perceber que, de fato, o ECA irá compreender todos os direitos relacionados a uma condição adequada de vida às crianças e aos adolescentes. E cabe ao profissional não se desvencilhar das outras Leis, as quais irão complementar o entendimento acerca da realidade social e auxiliará a pensar nas ações profissionais tendo como principal objetivo, modificar tal realidade. Bem como afirma Guerra:

A dimensão teórico-metodológica nos capacita para operar a passagem das características singulares de uma situação que se manifesta no cotidiano profissional do assistente social para uma interpretação à luz da universalidade da teoria e o retorno a elas. O conhecimento adquirido através deste movimento possibilita sistematizações e construções teórico-metodológicas que orientam a direção e as estratégias da ação e da formação profissional (dimensão formativa), bem como permite aprofundar os fundamentos teóricos que sustentam as intervenções profissionais (GUERRA, 2012, p. 12).

Como já mencionado, a profissão de assistente social é considerada nova nos clubes de futebol, sendo assim, nos três clubes as entrevistadas afirmam que não havia registros de nada dos atletas, ou seja, estas começaram suas atividades do zero, tal como afirmado durante a entrevista, “O que eu fui construindo aqui foi meio que em base de uma pesquisa boca a boca porque não tinha nada de... nada de documento” (Entrevistada 3). Atualmente, a forma de registro dos atletas nos três clubes se dá mediante o recolhimento da documentação dos atletas e de seus responsáveis; cadastro no banco de dados do clube; bem como através de prontuários para cada jogador, onde são anotadas as principais atividades realizadas com o mesmo.

Por se conhecer superficialmente as ações profissionais do assistente social em um clube de futebol, isto gerou certa desconfiança no princípio por parte dos profissionais que compõem a equipe técnica, os quais questionavam sobre o que realmente faria um (a) assistente social no clube, e por que é importante que este profissional tivesse acesso a certas informações acerca dos atletas. Estas indagações se davam por conta da preocupação com o sigilo das informações.

Além disso, muitas vezes o próprio profissional de Serviço Social, ao iniciar em um espaço de trabalho precisa de um tempo até se inserir/ambientar a instituição, para o que necessita conhecer e analisar a realidade da mesma; as relações de trabalho; os usuários; as demandas; fazer a identificação da rede de serviços; dentre outras coisas; até que suas ações possam ser planejadas e desenvolvidas para que desta forma, passem ser percebidas por outros profissionais e pela própria instituição. Juntamente a isto, é importante pontuar que os clubes de futebol são considerados um espaço machista, no qual o preconceito está presente em relação às mulheres estarem se inserindo nestes locais de trabalho. Como afirma a

Entrevistada 1, “É um espaço que pra mim era muito novo e que por ser um espaço machista, então até você conhecer o espaço tinha dificuldade de se impor”.

Desta forma, percebe-se que inicialmente as profissionais não obtinham muito espaço para suas atuações profissionais, caracterizando uma relativa autonomia. No entanto, ao longo do tempo estas foram conquistando certa confiança e reconhecimento do seu trabalho pelo clube e, principalmente, pelos profissionais que mais têm contato, a equipe técnica. Tal como afirma a Entrevistada 3:

no início era tudo assim pouco... tinha-se uma desconfiança de por que a gente tava, não era qualquer informação que era passada pra gente, porque tem muito essa coisa do sigilo no futebol né. Então não se passava muitas coisas, e hoje eu acho que o reconhecimento do trabalho que é muito importante né.

Podemos verificar também na fala da Entrevistada 2, “Os próprios técnicos chegam até a gente dizendo que estão vendo a diferença na questão de orientação, o retorno que os meninos tão trazendo por meio das nossas falas”.

Neste sentido, podemos dizer que esta valorização do trabalho acaba acontecendo quando de fato, o assistente social está empenhado em modificar a realidade dos usuários e esta mudança passa a ser notada por outros profissionais. De acordo com Netto (Apud GUERRA, 2009, p. 4), “Sabe-se que a funcionalidade, o reconhecimento e a utilidade social da profissão estão na capacidade de o profissional modificar algumas variáveis do contexto social dos usuários, buscando alterá-lo, ainda que momentaneamente”.

Além do profissional de Serviço Social, os três clubes contam com um psicólogo. De acordo com as entrevistadas, o trabalho com os atletas sempre foi feito em conjunto com este profissional, em alguns casos, contam também com um pedagogo. Em dois dos clubes entrevistados há um pedagogo que juntamente ao assistente social e ao psicólogo compõem a equipe interdisciplinar. Esta equipe é fundamental para o processo de trabalho, pois, o profissional de Serviço Social

se insere como trabalhador coletivo atuando no enfrentamento das seqüelas da questão social. Para tanto, a sua atuação deve se embasar nos referenciais teórico-metodológicos e ético-políticos da profissão, para defender os direitos da classe trabalhadora e mediar os conflitos entre capital e trabalho e, ao estar ao lado de outros profissionais, buscar garantir a efetivação de políticas públicas (MORANI, 2010, s.p.).

Referente às condições de trabalho, apenas uma assistente social não possuía sala própria ao iniciar no clube. Esta conquista se deu ao longo do tempo, através do trabalho em conjunto com os outros profissionais, como o psicólogo e o pedagogo. Sendo assim, formaram um novo setor no clube que engloba estas três áreas. O trabalho com os atletas de base necessita de uma equipe interdisciplinar, e nos três clubes o profissional de Serviço

Social não trabalha sozinho, este sempre compartilhou de um setor com os outros profissionais, o que considero de suma importância, visto que:

Pode-se considerar interdisciplinaridade uma troca intensa de saberes profissionais especializados em diversos campos, exercendo, dentro de um mesmo cenário, uma ação de reciprocidade e mutualidade, que pressupõe uma atitude diferenciada a ser assumida diante de um determinado problema, ou seja, é a substituição de uma concepção fragmentada e distante por uma visão unitária e abrangente sobre o ser humano (OLIVEIRA et al, 2011, p. 29).

Atualmente, das três entrevistadas apenas uma assistente social possui sala própria para atendimento ou reuniões. Enquanto que as outras utilizam a própria sala do setor onde trabalham, sendo esta dividida com o psicólogo e, em alguns casos, também com o pedagogo. Para atendimentos em grupo, uma das entrevistadas relata que os realizam no vestiário.

A gente não tem ainda um espaço adequado pra atendimento em grupo ta?! A gente acaba usando o vestiário muitas vezes pra fazer, mas o clube ta... tão se organizando pra fazer no espaço do alojamento, ao lado ali, uma sala de atendimento em grupo pra gente até de reuniões também (Entrevistada 2)

Muitas vezes, o profissional de Serviço Social encontrará em seu espaço de trabalho algumas dificuldades que influenciarão nas condições do exercício profissional, tais como, por exemplo, a falta de uma sala para atendimentos individuais. Sem a existência desta, o profissional não dispõe de um espaço adequado para determinados atendimentos, afetando desta forma, o exercício do sigilo profissional.

De acordo com o Código de Ética do Assistente Social, é direito do profissional manter o sigilo, considerando que, Art. 16: “O sigilo protegerá o/a usuário em tudo aquilo de que o/a assistente social tome conhecimento, como decorrência do exercício da atividade profissional” (BRASIL, 2012, p. 35). Ou seja, o sigilo na prática profissional é de suma importância, tendo em vista que é regulamentado pelo Código de Ética da profissão. No entanto, o profissional de Serviço Social é reconhecido como trabalhador assalariado devido à relação de compra e venda da sua força de trabalho especializada. Isto faz com que o assistente social não tenha controle das condições e dos meios de trabalho que é disponibilizado no espaço institucional.

O Serviço Social é regulamentado como uma profissão liberal, dispendo de estatutos legais e éticos que atribuem uma autonomia teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa à condução do exercício profissional. Ao mesmo tempo, o exercício da profissão se realiza mediante um contrato de trabalho com organismos empregadores - públicos ou privados-, em que o assistente social afirma-se como trabalhador assalariado. Estabelece-se uma tensão entre autonomia profissional e condição assalariada (IAMAMOTO, 2004, p. 21).

Apesar destas implicações ao exercício profissional, cabe ao assistente social buscar a autonomia a qual detém direito. Esta busca deverá compor muito mais do que ações burocráticas ou a realização de rotinas institucionalizadas. Deverá ser o profissional de

Serviço Social, capaz de fazer uma análise crítica da realidade vivenciada em seu espaço de trabalho dentro do contexto de correlação de forças e interesses políticos que o tencionam; bem como realizar alianças políticas a fim de reafirmar os direitos sociais nas diferentes áreas de atuação profissional do assistente social.

É importante ressaltar que se parte do pressuposto de que há uma margem de autonomia nos processos de trabalho em que os assistentes sociais estão envolvidos, o que lhes permite desenvolver atividades comprometidas com interesses sociais presentes nos espaços sócio-ocupacionais. Assim, sem negar os condicionantes colocados pela condição de trabalhador assalariado, busca-se acentuar que há espaço para a defesa do projeto profissional em qualquer local, público ou privado, em que o assistente social é requisitado a intervir (COUTO, 2009, p. 1).

Outro ponto importante a ser ressaltado é em questão a carga horária das profissionais. Das três entrevistadas, uma possui uma carga horária bem reduzida se comparada à das outras assistentes sociais. Esta trabalha apenas três manhãs, enquanto que as outras totalizam uma carga horária de 30 e 44 horas semanais. Esta diferença de carga horária pode trazer algumas implicações ao exercício profissional, tendo em vista que o contato diário é fundamental para a ação profissional. Levando-se em consideração que a maioria dos atletas está longe de suas famílias, e que estes são em grande parte, marcados pelas expressões da questão social e que procuram a ascensão social por meio da carreira de jogador de futebol, desta forma, o trabalho social não pode ser superficial, o que pode acabar acontecendo quando o profissional tem uma carga horária reduzida.

Para Trindade (2016, p. 1):

O assistente social na formação do atleta tem um papel de fundamental importância uma vez que, através do contato diário com os usuários na prática profissional, é possível que construa um conhecimento acerca da realidade com respeito aos sujeitos e a seus interesses, englobando e tendo visão geral, abrangente, sobre aspectos econômicos, afetivos, sociais entre outros.

Além disso, o assistente social nos clubes de futebol irá adquirir novas atribuições de acordo com a fala da Entrevistada 1: “Encaminhar atleta pra escola, essa é uma atribuição que seria da pedagoga, mas quando você entra no clube é uma das funções mais desenvolvidas pela assistente social, o acompanhamento na escola”. Ao perguntar quais as atribuições do assistente social no clube, foram identificadas várias pelas profissionais, algumas destas atribuições foram citadas por apenas uma ou em alguns casos por todas. Aquelas mencionadas pelas três foram: acompanhamento da situação escolar dos atletas; saúde (agendamento de consultas e exames); e o recolhimento da documentação dos atletas. Dentre as outras atribuições foram citadas por uma ou duas profissionais: atendimento e acompanhamento as famílias dos atletas; responsabilização pelo vale-transporte dos atletas; fazer o registro das

atividades dos atletas; orientação em relação à sexualidade, a saúde, as drogas, dentre outros assuntos. Tais atribuições podem ser consideradas como históricas para o Serviço Social, no entanto irão se adequar a este “novo” espaço sócio ocupacional do assistente social.

A questão escolar é o primeiro ponto a ser tratado a partir do momento em que o atleta começa a fazer parte do clube. Sendo assim, o primeiro trâmite feito pelas assistentes sociais neste momento é a realização da matrícula do (s) atleta (s) em escolas públicas mais próximas ao clube. Em alguns casos, o atleta pode não ter terminado os estudos ou estar em situação de atraso na escola com relação a sua idade, desta forma, a assistente social analisa a situação do mesmo e se for pertinente é matriculado no CEJA ou no EJA, de acordo com a situação de retenção escolar. O CEJA e o EJA são supletivos gratuitos da rede escolar pública, o primeiro oferece curso presencial de 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental, enquanto que o segundo compreende as etapas seguintes do Ensino Fundamental e Médio.

Duas das assistentes sociais entrevistadas falaram que o Serviço Social é mais chamado no clube para atender principalmente questões da escola tais como: o comportamento; as faltas; o rendimento; atrasos na aula; ou para buscar algum atleta porque passou mal; dentre outras. Já a outra entrevistada, afirmou que o Serviço Social é mais chamado no clube, normalmente quando há algum problema. Isto chama a atenção mais uma vez para o fato de que, o saber a respeito da profissão nestes espaços ainda é desconhecido por parte de alguns profissionais e da própria instituição. Por consequência, acabam fazendo qualquer encaminhamento que acharem pertinente do atleta ao assistente social. Mesmo que já se tenha um mínimo de compreensão acerca da importância do papel do assistente social nos clubes de futebol, percebe-se que este saber é ainda superficial.

Outra questão em comum em relação às funções do Serviço Social no clube é o atendimento das famílias, duas das entrevistadas responderam ter contato com as famílias dos atletas e que é feito um acompanhamento com as mesmas. Na entrevista com a assistente social que possui a carga horária reduzida, esta diz que o Serviço Social no clube realiza basicamente: trabalho de orientação com os atletas; responsabilização pela questão da documentação dos mesmos; e também a questão da escola. Como podemos verificar em sua fala ao perguntar o que o Serviço Social faz no clube: “É basicamente isso que eu já te respondi né, questão de orientação... bastante. Questão da escola e a questão da documentação também”.

Denota-se que o trabalho com as famílias não é citado. Por conta disto, entendo que a profissional não consegue dar a devida atenção às famílias por consequência de sua carga horária reduzida. Podemos ver isto em sua fala:

A questão de quando uma família vem visitar o atleta, também já estão nos trazendo bastante a família né, mas só que como eu te digo a carga horária ela é curta assim, então consequentemente a gente não consegue atender a tudo e às vezes as famílias vêm à tarde aí a gente não ta.

O atendimento com as famílias dos atletas é importante para que o profissional de Serviço Social possa construir um conhecimento acerca da realidade destas, tendo como objetivo trabalhar os aspectos econômicos, sociais e afetivos que a família traga como demanda, para então, elaborar e executar ações necessárias a cada situação. Para isto, os instrumentos utilizados pelas assistentes sociais entrevistadas são: os atendimentos, as reuniões, as entrevistas, as visitas, os relatórios, estudo de caso e a observação. Tendo em vista que muitas famílias não são do estado de Santa Catarina, o contato com estas é feito principalmente via redes sociais, email ou telefone.

As reuniões acontecem nos três clubes de futebol e é feita uma para cada categoria atendida. Estas se caracterizam como um dos principais instrumentos de interação dos profissionais do próprio setor com a equipe técnica. Em um dos clubes acontecem reuniões mensais, a fim de debaterem sobre diversos aspectos, principalmente sobre a escola; em outro, as reuniões normalmente acontecem antes das transições dos atletas, seja de uma categoria a outra, ou para outro clube, tendo como principal finalidade fazer a análise de cada caso. E no último, acontecem semanalmente, também para discutirem acerca de diversos fatores, priorizando questões da escola. Além disso, são feitas reuniões apenas entre o assistente social, o psicólogo e o pedagogo, nos clubes que contam com este profissional.

É cada vez mais imperativo ao assistente social identificar em seu espaço de trabalho aquilo que necessita de uma intervenção profissional, além disto, é imprescindível que o profissional identifique como tal intervenção conseguirá responder as necessidades sociais. Isto requer a formulação de projetos, considerados como grandes desafios, os quais materializarão o trabalho a ser desenvolvido.

Nos três clubes de futebol pesquisados, não existe de fato um projeto social ou projeto profissional, uma das entrevistadas afirmou que o único projeto existente é o de suas atribuições profissionais, o qual foi criado por indicação do clube para efetivar sua contratação e formular as atribuições profissionais do assistente social neste espaço de trabalho. No decorrer da entrevista, em relação às atribuições profissionais, a Entrevistada 2 disse: “quando eu entrei no clube, eu sugeri né, eu dei como um projeto, eles me pediram. E eu fiz algo sucinto assim e venho tentando realizar de acordo com a necessidade assim”. E ainda, afirmou ser este o único projeto existente no clube: “É, o projeto é aquele que eu montei e mostrei pra ele, [o único] que tem”.

A Entrevistada 3 não falou de projetos, apenas referenciou um programa existente no clube, no qual o Serviço social faz parte. Tal programa foi criado pela antiga diretoria e existe há quatro anos. Este tem como intuito trabalhar ética e cidadania, qualidade de vida, habilidade sociais, gestão de carreira, educação continuada e desenvolvimento cultural. Sendo assim, o programa irá trabalhar o atleta não apenas dentro de campo, mas também seu desenvolvimento e sua formação pessoal. Tal como afirma a Entrevistada 3: “a visão do clube, é que a gente ajude a desenvolver um atleta com potenciais, com bons potenciais não só no campo, mas também fora dele”.

Já a Entrevistada 1 afirma que o Serviço Social no clube não trabalha com projetos, e sim com ações. Tais ações estão voltadas diretamente para as categorias de base, as quais constituem o Centro Técnico (CT), e este tem como principal objetivo a formação dos atletas. Sendo assim, o setor no qual está inserido o assistente social trabalha juntamente as equipes técnicas a fim de pensarem e desenvolverem ações sociais voltadas aos atletas, visando a formação dos mesmos não apenas em campo, mas também sua formação cidadã. Levando-se em consideração que muitos não se tornarão atletas profissionais, sendo assim, devem exercitar sua cidadania desde sempre. Desta forma, os projetos se constituem como ferramentas fundamentais a este processo.

Um projeto de trabalho, para além da formulação técnica e precisa – que é essencial –, deve constituir instrumento potente de impacto sobre a realidade, e seu produto deve apontar a transformação dessa realidade. Necessita ser um elemento fundamental de reafirmação do projeto ético-político profissional e, portanto, construído para ser um elemento que indique, tanto para a instituição como para a população usuária, os compromissos assumidos pela profissão. Ele deve ser o reflexo do compromisso com a emancipação dessa população e da negação do papel de controle e tutela das classes subalternas (COUTO, 2009, p. 8).

Outra função em comum nos três clubes é a responsabilização pela documentação dos atletas, que ao passarem no teste devem providenciar juntamente a seu responsável todos os documentos necessários para fazerem parte do clube, estes geralmente são: identidade do atleta, identidade dos pais, certidão de nascimento, carteira de vacinação, histórico escolar e uma autorização dos pais ou responsáveis autenticada em cartório, para que o atleta possa permanecer alojado no clube.

De acordo com a Lei 9.615/1998 que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências, também conhecida como lei Pelé, para que a entidade de prática desportiva seja reconhecida como formadora de atletas, esta precisa, além de outros requisitos: garantir assistência educacional, psicológica, médica e odontológica, assim como alimentação, transporte e convivência familiar.

No que concerne à saúde, os clubes possuem seus Departamento Médico (DM), no qual o atleta pode utilizar sempre que necessário, seja por questões de doença, para recuperação de alguma cirurgia ou para orientações. Nos três clubes, as assistentes sociais são chamadas também para apoiar na questão da saúde dos atletas, realizando a marcação de exames ou consultas médicas e odontológicas; fazendo a interação do atleta com a família, buscando deixá-la informada quando há questões de doenças ou cirurgias; e até mesmo para fazer o acompanhamento dos atletas menores de idade nas consultas ou exames fora do clube.

Os clubes devem garantir aos atletas convênio médico e odontológico, porém, em alguns momentos não são renovados ou encontram-se em processo de iniciação com outra empresa. Desta forma, os encaminhamentos são feitos para atendimentos particulares, haja vista que, segundo as próprias profissionais, a rede pública é defasada e muito demorada. De acordo com a Entrevistada 1, algumas competências foram trazidas para o setor após perceber que havia grande demora por parte do setor responsável por estas questões. Tal como podemos verificar em sua fala:

a parte odontológica eu trouxe pro Serviço Social que era uma demanda deles, alguns documentos sou eu que levo pra fazer, que também eu trouxe pra cá esse campo por causa da demora que tinha do setor, então eu achei melhor, assim como o vale transporte dos meninos, a gente acabou trazendo pro nosso setor também (Entrevistada 1).

Com relação à rede de serviços, as três entrevistadas afirmam que a única articulação que de fato realizam é com as escolas. Esporadicamente, é acionado também o posto de saúde, como se verifica na fala da Entrevistada 3: “Já pedi também auxílio do posto para palestras, a vigilância epidemiológica né, então... Agente acaba fazendo essas articulações assim, tenta né... mas nem sempre é fácil”. No entanto, referente à avaliação da rede de serviços, denota-se que as profissionais consideram-na muito defasada e desta forma, optam por utilizar todo o aparato do qual dispõem nos clubes de futebol. “Eu encaminhei família pro CRAS e infelizmente não pode ser atendida. [...] a gente vai ao posto de saúde e o atendimento é muito precário, então assim ó, é muito mais fácil eu usar o que eu tenho dentro do clube do que eu procurar a rede... né?!” (Entrevistada 1).

Levando-se em conta que para serem considerados formadores de atletas os clubes de futebol devem, como consta o § 2º do Art. 29 da Lei Pelé, garantir assistência educacional; psicológica; médica e odontológica; bem como alimentação; transporte e convivência familiar; manter alojamento e instalações desportivas adequados; sobretudo em matéria de alimentação; higiene; segurança e salubridade; dentre outras requisições. Percebe-se que, apesar de as profissionais encontrarem algumas implicações nestes espaços de trabalho, estas

encontram algumas possibilidades dentro dos clubes no que diz respeito a tais questões, mesmo que estas preocupações sejam necessárias para que estes obtenham seu certificado de clube formador de atleta.

Denota-se que o exercício profissional das assistentes sociais entrevistadas irá apresentar algumas características em comum tal como vimos durante a análise como, por exemplo: algumas de suas atribuições, as quais são definidas de acordo com o espaço de trabalho no qual estão inseridas; os instrumentos profissionais; os limites de atuação, caracterizando uma relativa autonomia; bem como, as leis específicas que pautarão a prática profissional.

Além disso, foi possível identificar que, em cada clube no qual foi realizada entrevista, o profissional de Serviço Social foi inserido por um motivo diferente, caracterizando que a importância da inserção deste profissional nos clubes de futebol é vista a partir de cada objetivo institucional. Além disso, podemos verificar que as principais demandas dos atletas, identificadas pelas profissionais, também são diferentes nos três clubes, as quais são justificadas por alguns aspectos, um deles é também o objetivo institucional. Tendo em vista que, os clubes de futebol passam por boas e más condições financeiras. Quando encontram-se em más condições, cabe aos gestores cortar gastos, e isto inclui os gastos com as categorias de base.

Diante de todas as características citadas, podemos considerar que o exercício profissional do assistente social é marcado principalmente pelo tensionamento entre projeto profissional, no qual afirmará o assistente social como um ser dotado de liberdade para propor projetos e buscar aplicá-los na vida social e a condição de trabalhador assalariado, independente de seu espaço de trabalho, âmbito público ou privado, suas ações são submetidas ao poder dos empregadores. Contudo, apesar de o projeto ético-político do Serviço Social certamente ser visto como um desafio, haja vista que a prática profissional encontra em no dia-a-dia contradições e limites, os quais devem se enfrentados, o projeto profissional não deve ser considerado como uma impossibilidade, “o que se apresenta como obstáculo é apenas a casca do impossível, que encobre as possibilidades dos homens construir sua própria história” (IAMAMOTO Apud BORGES, 2012, p. 16).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com a pesquisa realizada, verifica-se que os clubes de futebol podem ser considerados como novos espaços sócio-ocupacionais da prática profissional do assistente social, se comparado aos outros espaços conquistados pela categoria ao longo dos anos. Esta inserção do assistente social nos clubes de futebol se deu a partir do processo de desenvolvimento do futebol no país e pela identificação de sua importância neste meio, compreendendo o assistente social como profissional relevante à formação-cidadã dos atletas das categorias de base.

Após a Constituição Federal de 1988, o esporte foi estabelecido como um direito de todos os cidadãos. Neste sentido, este foi se desenvolvendo cada vez mais ao longo dos anos, principalmente o futebol, o qual foi um dos primeiros a buscar a sua regulamentação. Juntamente a isto, muitas leis foram surgindo a fim de garantir aos atletas maior cidadania por meio de seus direitos. Neste cenário, as categorias de base surgem com um viés de qualificação dos atletas e com o passar do tempo foi tomando a forma também de formação cidadã, requerendo desta forma, a atuação do profissional de Serviço Social.

As entrevistas realizadas com cada assistente social dos três clubes de futebol visitados trouxeram grandes contribuições ao tema, possibilitando fazer várias análises em relação a diversas questões tais como foram apresentadas. Estas contribuições revelaram ainda que, o exercício profissional do assistente social nos clubes de futebol pode ser comparado com o trabalho do assistente social na educação, tendo em vista que, grande parte das atividades realizadas pelo profissional no clube gira em torno de questões da escola.

Como já foi mencionado, o primeiro trâmite a ser feito quando um atleta passa a fazer parte do clube é a matrícula deste em alguma escola pública da região ou, em alguns casos, no EJA/CEJA. Além disso, as novas atribuições que o assistente social irá adquirir nos clubes de futebol denota a relação do exercício profissional do Serviço Social na educação, contribuindo para a formação cidadã dos atletas. Como por exemplo, os encaminhamentos feitos à escola, bem como as orientações que promovem a importância da formação escolar dos atletas, haja vista que esta se constitui como direito de cada um deles, e ainda, os assuntos tratados em reuniões com outros profissionais, os quais são em grande parte a respeito da escola. Além disso, o assistente social estará preparando-os para um futuro incerto, tendo em vista que muitos não conseguem progredir com a carreira de jogador de futebol, e este sonho acaba nas categorias de base.

A inserção de assistentes sociais nos clubes de futebol vem responder também as requisições institucionais, pois, se de um lado o trabalho feito com as categorias de base resulta da luta pela ampliação das condições de acesso aos direitos das crianças e dos adolescentes como institui o Estatuto da Criança e do Adolescente, de outro, para os donos dos clubes de futebol, a importância do profissional de Serviço Social se materializa na formação e qualificação desta força de trabalho, tendo em vista que, as categorias de base são nada mais nada menos que, uma reserva para a categoria profissional dos clubes de futebol. É nesta dinâmica contraditória que se inscrevem os assistentes sociais nestes espaços.

Desta forma, assim como o trabalho dos assistentes sociais na educação, nos clubes de futebol as atividades realizadas englobam ações junto às famílias, com professores e professoras, aos demais trabalhadores e trabalhadoras da educação, aos profissionais e às redes que compõem as demais políticas sociais, aos gestores e gestoras dos estabelecimentos públicos e privados, às instâncias de controle social e aos movimentos sociais, ou seja, ações coletivas, de investigação, de articulação, de formação e capacitação profissional, não são somente ações individuais.

Tendo em vista que o objetivo institucional e o da prática profissional do Serviço Social são diferentes, impõe-se aos/às assistentes sociais o desafio de ter isto claro numa perspectiva de totalidade. Para isto, ressalta-se a importância de o profissional ter competência teórica e política as quais permitam que este desenvolva estratégias e procedimentos de ação em diferentes níveis - individual e coletivo. Ações estas que deverão estar orientadas pelo projeto ético-político, assim como nas Leis as quais detém o profissional de Serviço Social nos clubes de futebol, tais como: o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei 9.615/88 (Lei Pelé).

REFERÊNCIAS

- ABRAHÃO, Bruno Otávio de Lacerda et al. A “camisa 10” do futebol como um símbolo na manutenção da identidade nacional: o discurso da mídia. **Esporte e Sociedade: Revista Digital**, v. 2, n. 6, p. 1-15. 2007.
- ANDRADE, Alexandre. **Cricket: História**. Disponível em: <<http://professoralexandreandrade.blogspot.com.br/2009/05/cricket-historia.html>> Acesso em: 05 abr. 2016.
- BNDES. **Esporte no Brasil: Situação Atual e Propostas para Desenvolvimento**. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/relato/esprt-br.pdf> Acesso em: 09 mai. 2016.
- BORGES, Rejane. **Tipos de violência no esporte**. Disponível em: <http://obviousmag.org/archives/2014/02/tipos_de_violencia_no_esporte.html> Acesso em: 04 abr. 2016.
- BORGES, Vânia Venzel. **O projeto ético-político profissional no dia-a-dia da prática profissional do Serviço Social**. Curso de Serviço Social, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Paraná: Unioeste. 2012.
- BRASIL. **Código de Ética do assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**. 10ª Edição. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social. 2012.
- BRASIL. Constituição Federal (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília. SP: Editora Atlas. 2012. 60 p.
- BRASIL. Lei Federal n. 8.069 de 13 de julho de 1990: Dispõe sobre o **Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Brasília: Edições Câmara, 2015.
- BRASIL. Lei Federal n.11.439 de 29 de dezembro de 2006: Dispõe sobre **Incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo e dá outras providências**. Brasília, DF, 2006.
- BRASIL. Lei Federal n.9.615 de 24 de março de 1998: **Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências**. Disponível em: <www.aomec.com.br/menu_lateral/esporte_rendimento.html> Acesso em: 06 mai. 2016.
- BRASIL. Lei Federal n.6.354 de 02 de setembro de 1976: Dispõe sobre **as relações de trabalho do atleta profissional de futebol e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6354.htm> Acesso em: 11 mai. 2016.
- BRUM, Adriana. **Clubes de Futebol, enfim, descubrem a Lei de Incentivo**. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/esportes/clubes-de-futebol-enfim-descubrem-a-lei-de-incentivo-bh5sv5ghfcx0dot2raozkcklq>> Acesso em: 12 abr. 2016.

CAMPEÕES DO FUTEBOL. **História Do Futebol Catarinense – Início**. Disponível em: <http://www.campeoesdofutebol.com.br/hist_fut_scatarina.html> Acesso em: 14 jun. 2016.

CAPELA, Paulo Ricardo do Canto. **O futebol brasileiro como conteúdo da educação física brasileira**. 1996. 229 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Curso de Mestrado em Educação, UFSC, 1996.

CARVALHO, Fabiana Aparecida de. A Reafirmação do Projeto Ético-político do Serviço Social: um desafio urgente. **Revista Serviço Social & Saúde**, UNICAMP Campinas, v. X, n. 11, p. 131-147, Jul. 2011

CASARIN, Rodrigo Vicenzi. CELLA, Marcos Teonisto. **Análise das sessões de treinamento de futebol entre categorias de base e escolinhas**. UNOESC, 2008.

COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO. **Comitê Olímpico Do Brasil**. Disponível em: <<http://www.cob.org.br/pt/cob/comite-olimpico-do-brasil>> Acesso em: 06 mai. 2016.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ORIENTAÇÃO. **Lei Pelé Comentada**. Disponível em: <http://www.cbo.org.br/assets/gerenciador/Secretaria/Legisla%C3%A7%C3%A3o/LEI%20PELE%20COMENTADA.doc>> Acesso em: 11 mai. 2016.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Resolução CFESS n. 273/1993, de 13 de março de 1993. **Institui o Código de Ética profissional dos Assistentes Sociais e dá outras providências**. Revista e Atualizada, Brasília. 10ª edição. 2012.

COUTO, Berenice Rojas. Formulação de projetos de trabalho profissional. **In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, Caderno de textos da especialização, 2009, p. 651-666.

CRISOSTOMO, Juliana Neves. **O contrato de trabalho do atleta profissional de futebol**. São Paulo. 2008.

DICIONÁRIO INFORMAL. **Clube**. Disponível em: <<http://www.dicionarioinformal.com.br/clube/>> Acesso em: 09 mai. 2016.

DICIONÁRIO INFORMAL. **Desporto**. Disponível em <<http://www.dicionarioinformal.com.br/desporto/>> Acesso em: 05 mai. 2016.

DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS. **Clube**. Disponível em: <<http://www.dicio.com.br/clube/>> Acesso em: 09 mai. 2016.

FEDERAÇÃO CATARINENSE DE FUTEBOL. **Federação - História**. Disponível em: <<http://www.fcf.com.br/federacao/>> Acesso em: 15 jun. 2016.

FERREIRA, Daniel Dalla Porta. PAIM, Maria Cristina Chimelo. Estruturação das categorias de base no futebol. **Revista Digital**, Buenos Aires, v16, n.158, jul. 2011.

FERREIRA, Lucas Vinícius de Oliveira. **Educação Física, Esporte e Religião: Interferências e Relações**. 2010. 56 f. Monografia - Curso de Educação Física, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

FERREIRA, Matheus Viana. **Origem e regulamentação do futebol**. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/40698/origem-e-regulamentacao-do-futebol>> Acesso em: 24 abr. 2016.

FIFA, Fédération Internationale de Football Association. **História da FIFA – Fundação** Disponível em: <<http://www.fifa.com/about-fifa/who-we-are/history/>> Acesso em: 06 abr. 2016.

FORLIN, Márcio de Castro. **Justiça Desportiva: Organização, Jurisdição e Competência**. 2007. 80 f. Monografia - Curso de Curso de Direito, Centro de Ciências Sociais e Jurídicas, Universidade Federal do Vale do Itajaí - Univali, Itajaí, 2007.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo, Ed. Atlas S.A. 2010.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo, Ed. Atlas S.A. 2012.

GODOY, Letícia. **O Sistema Nacional De Esporte No Brasil: Revelações E Possíveis Delineamentos**. 165 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação Física, Setor de Ciências Biológicas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

GLOBO.COM. **Futebol**. Disponível em: <<http://globoesporte.globo.com/futebol/noticia/2016/01/segundo-revista-neymar-e-acusado-por-sonegacao-fiscal-e-pode-ser-pres.html>>. Acesso em: 04 abr. 2016.

GUERRA, Yolanda. A dimensão técnico-operativa do exercício profissional. In: SANTOS, Cláudia Mônica dos; BACKX, Scheila; GUERRA, Yolanda. **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos**. Juiz de Fora/MG: editora da UFJF: 2012. p. 39-68

GUERRA, Yolanda. O conhecimento Crítico na Reconstrução das Demandas Profissionais Contemporâneas. In: BATTINI, BAPTISTA. **A Prática Profissional do Assistente Social**. Veras Editora: 2009. p. 1-24.

HELAL, Ronaldo. et al. “Neymarmania”: uma análise do discurso midiático sobre Neymar em dois periódicos brasileiros. In: **Anais Do 19º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, Recife. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2011. p. 1-15.

HISTORIA DO BRASIL. **Brasil imperial – resumo**. Disponível em: <<http://www.historiadobrasil.net/imperial/>> Acesso em: 05 mai. 2016.

IAMAMOTO, Marilda Villela. As Dimensões Ético-políticas e Teórico-metodológicas no Serviço Social Contemporâneo. In: **Anais do 18º Seminário Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social**, San José, Costa Rica. 2004. p. 1-37.

INTEGRAÇÃO NACIONAL. **Órgãos Colegiados**. Disponível em:
<<http://www.mi.gov.br/orgaos-colegiados>> Acesso em 04 mai. 2016.

JUNIOR, Antonio Gasparetto. **Período Arcaico da Grécia**. Disponível em:
<<http://www.infoescola.com/grecia-antiga/periodo-arcaico-da-grecia/>> Acesso em: 01 abr. 2016.

LEMLE, Marina. **Torcidas de Futebol: Bernardo Buarque analisa o fenômeno no Brasil ao longo de sete décadas**. Disponível em:
<<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/reportagem/torcidas-de-futebol>> Acesso em: 12 abr. 2016.

LEONCINI, Marvio Pereira; SILVA, Márcia Terra. Entendendo o Futebol como um Negócio: um estudo exploratório. **Gestão e Produção**, São Carlos/SP, v12, n.1, p. 11-23, jan.-abr. 2005.

LÉXICO. **Clube**. Disponível em: < <http://www.lexico.pt/clube/>> Acesso em: 09 mai. 2016.

LIMA, Camila Rebelo Souza; BOSCHETTI, Michelle; LUNA, Sônia Regina de O. Santos. Marca na camiseta & paixão no coração: uma reflexão a respeito do patrocínio dos times de futebol e o impacto sobre os torcedores. In: **Anais Do 13º Congresso De Ciências Da Comunicação Na Região Sul**, Chapecó. Universidade do Vale do Itajaí. 2012. p. 1-15.

MACHADO, Cesar do Canto. **História do Futebol Catarinense**. Florianópolis: Insular. 2000. 184 p.

MARANGONI, Ricardo Christophe; HIROTA, Vinícius Barroso. A influência dos pais no desenvolvimento de jovens atletas do futebol. **Buenos Aires: Revista Digital**. v18, n.186, nov. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd186/a-influencia-dos-pais-de-atletas.htm>> Acesso em: 27 abr. 2016.

MAXIMO, João. **Memórias do futebol Brasileiro**. São Paulo. 1999.

MELCHOR, Paulo. **O que é associação sem fins lucrativos? Como constituir e como é tributada?** Disponível em:
<<http://www2.unifap.br/mariomendonca/files/2011/05/ASSOCIA%C3%87%C3%83O-SEM-FINS-LUCRATIVOS-INF.pdf>> Acesso em: 09 mai. 2016.

MILLS, John. **Charles Miller: O pai do futebol brasileiro**. São Paulo: Panda Books, 2005. 236 p.

MINISTÉRIO DO ESPORTE. **Histórico**. Disponível em:
<<http://www2.esporte.gov.br/institucional/historico.jsp>> Acesso em: 04 mai. 2016.

MINISTÉRIO DO ESPORTE. **Política Nacional do Esporte**. Disponível em:
<<http://www2.esporte.gov.br/arquivos/conselhoEsporte/polNacEsp.pdf>> Acesso em: 05 mai. 2016.

MORANI, Carla do Nascimento Santos; STAMPA, Inez Terezinha. **A supervisão de estágio e processo de trabalho do assistente social**. 2010. 297 f. Dissertação (Mestrado)-Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, 2010.

OLIVEIRA, Elizabete Regina Araújo de. Interdisciplinaridade, trabalho em equipe e multiprofissionalismo: concepções dos acadêmicos de enfermagem. **Revista Brasileira de Pesquisa em Saúde**. V13, n.4, 2011.

PIMENTA, Carlos Alberto Máximo. **Violência entre torcidas organizadas de futebol: Violência e auto-afirmação, aspectos da construção das novas relações sociais**. São Paulo: Editora Vogal, 1997. 153 p.

PLANO POLÍTICO. **Breve história dos ministérios brasileiros**. Disponível em: <<http://planopolitico.com.br/ideias/breve-historia-dos-ministerios-brasileiros/>> Acesso em: 04 mai. 2016.

PORTAL BRASIL. **Associações, federações e confederações**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/esporte/2009/10/associacoes-federacoes-e-confederacoes>> Acesso em: 09 mai.2016.

RECEITA FEDERAL. **Sistema Nacional de Normas Gestão da informação**. Disponível em:<http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?idAto=15937&visao=ano_tado> Acesso em: 09 mai. 2016.

SARAIVA, Aline. **O Serviço Social na formação do atleta cidadão**. 2007. 80 f. TCC (Graduação) - Curso de Serviço Social, Universidade Luterana do Brasil, Canoas, 2007.

SCAGLIA, Alcides. **A história do surgimento do futebol a partir das brincadeiras de bola com os pés**. Disponível em: < <http://universidadedofutebol.com.br/a-historia-do-surgimento-do-futebol-a-partir-das-brincadeiras-de-bola-com-os-pes/>> Acesso em: 01 abr. 2016.

SILVA, Diego Augusto Santos. Evolução Histórica Da Legislação Esportiva Brasileira: Do Estado Novo Ao Século Xxi. **Revista Brasileira de Educação Física, Esporte, Lazer e Dança**, Florianópolis, v. 3, n. 3, p. 69-78, 17 jul. 2008.

SÓ HISTÓRIA. **Ditadura Militar no Brasil - 1964 – 1985**. Disponível em: <<http://www.sohistoria.com.br/ef2/ditadura/>> Acesso em: 10 mai. 2016.

SUA PESQUISA. **História do futebol**. Disponível em: <<http://www.suapesquisa.com/futebol/>> Acesso em: 01 abr. 2016.

TAVARES, Viviane. **Consolidação das Leis Trabalhistas, criadas por Vargas, completa 70 anos**. Disponível em: <<https://agencia.fiocruz.br/consolida%C3%A7%C3%A3o-das-leis-trabalhistas-criada-por-vargas-completa-70-anos>> Acesso em: 06 abr. 2016.

TODAMATÉRIA. **Antiguidade**. Disponível em: <<http://www.todamateria.com.br/antiguidade/>> Acesso em 25 abr. 2016.

TOLEDO, Luiz Henrique de. **Torcidas Organizadas de Futebol**. São Paulo: Vozes, 1996.

TRINDADE, Daniele Paiva. **Serviço Social e futebol: atuando na construção de um atleta cidadão.** Disponível em: <<http://universidadedofutebol.com.br/servico-social-e-futebol-atuando-na-construcao-de-um-atleta-cidadao/>> Acesso em: 13 jun. 2016.

TUBINO, Manoel José Gomes. **Estudos brasileiros sobre o esporte: ênfase no esporte-educação.** Maringá: Eduem, 2010. 163 p.

TUBINO, Manoel. **Política Nacional do Esporte.** Disponível em: <<http://www2.esporte.gov.br/arquivos/conselhoEsporte/polNacEsp.pdf>> Acesso em: 11 mai. 2016.

TURINI, Marcio; COSTA, Lamartine da. **Coletânea de Textos em Estudos Olímpicos.** 2. ed. Rio de Janeiro: Gama Filho, 2002. 428 p.

VERARDI, Carlos Eduardo Lopes; MARCO, Ademir de. Iniciação Esportiva: A Influência De Pais, Professores E Técnicos. **Revista Eletrônica da Escola de Educação Física e Desportos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 102-123, Jul/Dez. 2008.

VIEIRA, Rosângela Ricardo. **Atletas de Cristo no futebol e os sintomas de ansiedade.** 2011. 100 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica de Pernambuco. Pró-reitoria Acadêmica. Programa de Mestrado em Ciências da Religião. Disponível em: <http://www.unicap.br/tede/tde_arquivos/5/TDE-2011-08-16T132629Z-406/Publico/capituloI.pdf> Acesso em: 01 abri. 2016.

VOSER, Rogério da Cunha; GUIMARÃES, Marcos Giovanni Vieira; RIBEIRO, Everton Rodrigues. **Futebol: História, técnica e treino de goleiro.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006. 190 p.

XAVIER, Arnaldo; MIOTO, Regina Célia Tamaso. Reflexões sobre a prática profissional do Assistente Social: relação teoria-prática, historicidade e materialização cotidiana. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 13, n. 2, p. 355 - 365, jul./dez. 2014

APÊNDICE

QUESTIONÁRIO PARA ENTREVISTA

- 1) A partir de qual contexto foi pensado a inserção do Serviço Social no Clube? Quando foi?
- 2) Quem era os usuários atendidos no início?
- 3) Como era o Serviço Social no início? (números de profissionais, atuações iniciais, etc)
- 4) Quais as principais mudanças do Serviço Social hoje, em relação à antes?
- 5) O que o Serviço Social faz no clube?
- 6) Quais as atribuições do assistente social?
- 7) Quais são os principais instrumentos de trabalho utilizados para atuação do assistente social?
- 8) Existe programas e/ou projetos em execução no clube pelo Serviço Social? Quais?
- 9) Existe uma articulação com a rede de serviços? Como é feita e quem são os articuladores?
- 10) Como se dá a articulação com os outros profissionais do clube? Em que momento é feita essa articulação?
- 11) Quem são os usuários atendidos pelo Serviço Social? Traçar um breve perfil.
- 12) Quais são as principais demandas dos usuários?
- 13) Em quais políticas e/ou leis se baseia a ação do profissional de Serviço Social?
- 14) Para o que o Serviço Social é mais chamado dentro do clube?

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) participante:

Sou Kamilla Campos Vieira, estudante de graduação do curso de Serviço Social na Universidade Federal de Santa Catarina. Estou realizando uma pesquisa sob supervisão da professora Mariana Pfeifer, cujo objetivo é compreender *o exercício profissional dos assistentes sociais nos clubes de futebol de Santa Catarina*.

Sua participação envolve uma entrevista, que será gravada se assim você permitir, e que tem a duração aproximada de 30 minutos.

A participação nesse estudo é voluntária e se você decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo.

Na publicação dos resultados desta pesquisa, sua identidade será mantida no mais rigoroso sigilo. Serão omitidas todas as informações que permitam identificá-lo(a).

Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente você estará contribuindo para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de científico.

Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas pelo pesquisador no fone: _____.

Atenciosamente

KAMILLA CAMPOS VIEIRA

Matrícula:

Local e data

Nome e assinatura do(a) professor(a) supervisor(a)/orientador(a)

Matrícula:

Consinto em participar deste estudo e declaro ter recebido uma cópia deste termo de consentimento.

Nome e assinatura do participante

Local e data